



IGREJA EVANGÉLICA
PRESBITERIANA DE PORTUGAL

"A Igreja Una e Plural"

Uma Introdução ao Ecumenismo guiada pela Visão da Unidade da Igreja *na*
e *pela* Diversidade

José Manuel Leite

In memoriam ao Dr. Michael P. Testa, saudoso Professor e Amigo, pela visão ampla e generosa que aos seus alunos deu da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica.

Não poderíamos procurar Deus se não o tivéssemos já encontrado (Pascal)

Procuramos a unidade porque já a encontramos em Cristo (N. Goodall)

Introdução

Portugal, em geral, e as Igrejas portuguesas, em particular, não se têm dedicado muito ao estudo do ecumenismo ou à evolução que o movimento ecuménico tem percorrido nos últimos decénios. Isto é facilmente provado pela ausência de publicações neste campo, especialmente em língua portuguesa, quer nas nossas bibliotecas públicas quer mesmo nas livrarias ou editoras do circuito comercial.

Esta constatação, entre outras razões que adiante direi, deu-me a coragem e, talvez, o atrevimento necessários, para produzir as páginas que se seguem. Houve, entretanto, uma causa mais próxima que me levou a acelerar este processo, com todos os riscos que contém o produzir qualquer coisa em "contra-relógio". Essa causa próxima foi o ter sido convidado para me encarregar do curso de ecumenismo no novo programa do Seminário Evangélico de Teologia, em boa hora iniciado - o Curso de Teologia por Extensão (CTE).

Por se tratar de uma iniciativa destinada a encorajar jovens e menos-jovens, leigos, membros activos das comunidades cristãs, a darem mais alguns, ou mesmo os primeiros passos, no campo da Teologia, e tendo em atenção que muitos deles (e delas!) não têm o domínio perfeito de línguas estrangeiras, foi pedido aos professores das várias disciplinas que escolhessem os livros de texto, sempre que possível, em língua portuguesa.

Aceitei este desafio, não só porque o assunto me interessa de modo especial, como também senti que seria uma tarefa que estaria ao meu alcance desempenhar. Enganei-me! Pelo menos nesta fase inicial. Entre mais de duas centenas de livros que tenho na minha biblioteca dedicados a este assunto, constatei o que até o presente nunca me tinha chamado a atenção, isto é, não encontrei nenhum livro em português que pudesse ser utilizado para o fim em vista. Mas ainda mais: dei-me conta de que, exceptuando os anos finais da década de 60, quando foi aprovado o [*Unitatis redintegratio*](#) (Decreto sobre o Ecumenismo) em 1964, muito pouco foi produzido sobre este tema. O que existe, proveniente de fontes católicas romanas, são estudos pontuais, por vezes de excelente qualidade, que podemos encontrar em revistas da especialidade, quase sempre focando um assunto específico.

Concluí, pois, o que já antes sabia: o ecumenismo continua a ser um tema para alguns teólogos, poucos, que têm de dominar algumas línguas estrangeiras se quiserem progredir nos seus conhecimentos. Ora a minha preocupação, neste momento, é outra, e é a partir dela, e com ela, que levanto as seguintes perguntas: Que se passa no seio das nossas Igrejas? Que formação ecuménica, por mínima que seja, tem o povo de Deus no nosso país? Que sabe o cristão individualmente sobre o ecumenismo e o movimento ecuménico? Que tipo de ensino tem sido dado nos seminários quer católico-romanos quer protestantes?

Como o programa de ecumenismo do CTE não se destina a especialistas, nem mesmo a pessoas já bem familiarizadas com o assunto, esforçar-me-ei, na medida do possível, por apresentar os vários aspectos que pretendo focar de modo simples e resumido, o que não

deixa de constituir um risco. Evitarei, no entanto, a superficialidade, sem nunca perder de vista as limitações do tempo, do espaço e dos próprios leitores a quem esta publicação é destinada.

Se ela servir como introdução e estímulo para o aprofundamento dos assuntos apresentados, dar-me-ei por satisfeito. Mais satisfeito ainda ficaria se ela contribuísse para um diálogo mais sistemático e eficaz entre os cristãos portugueses de modo a que venham a ser o sinal visível dessa oração que Jesus fez ao Pai: "Que eles sejam um, em nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste." (João 17: 21).

Dois apontamentos finais para terminar estas palavras introdutórias. O primeiro pretende explicitar o contexto em que este trabalho foi escrito. Estamos em Portugal, país em que existe uma Igreja dominante, a Católica Romana, e no qual o protestantismo se encontra muito dividido. Sem levar em linha de conta os novos movimentos religiosos e neo-protestantes, este protestantismo pode ser apresentado em três grupos: o da Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), o do Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC) e o das Igrejas independentes de toda e qualquer estrutura ecuménica ou interconfessional. Deste modo temos representados os principais ramos da Igreja cristã, aos quais faltaria acrescentar as famílias ortodoxa e luterana. *(Alguns leitores dirão que o autor está mal informado ao fazer tal afirmação, pois no nosso país existem tanto luteranos como ortodoxos, e estes em muito maior número que o de muitas das Igrejas que integram as organizações acima mencionadas. É sobre este assunto que um esclarecimento se impõe. Segundo é do nosso conhecimento as Igrejas Ortodoxas existentes no nosso País, excepção feita à capelania da Embaixada Grega, não são reconhecidas pelo Patriarcado Ecuménico de Constantinopla. Daí não as considerarmos como Igrejas "canónicas". Quanto aos luteranos existentes no nosso meio, com excepção dos membros da Igreja Evangélica Alemã, a sua origem está ligada à Igreja Luterana do Sínodo de Missouri (USA), a qual não deseja qualquer contactos com o movimento ecuménico e que, no seu país, foi a única que recusou a união com as outras Igrejas Luteranas nos Estados Unidos.)* Neste contexto irei focar a minha atenção especial nos contactos e desafios ecuménicos existentes entre as Igrejas do COPIC e entre estas e a Igreja Católica Romana (ICR)

O segundo diz respeito à continuação deste trabalho. É minha intenção aprofundar mais as matérias aqui focadas, ser mais crítico da situação ecuménica portuguesa e apresentar algumas teses sobre o que, em meu entender, é possível ser feito entre nós. Tudo isto será apresentado em publicação futura, dependendo apenas da disponibilidade de tempo para a pesquisa e reflexão, esperando desse modo colocar nas mãos dos cristãos portugueses e do público em geral, um trabalho mais elaborado, mas nunca final, que permita satisfazer as necessidades de outro tipo de leitores que, infelizmente, nunca serão muitos mas, como minoria que são, têm direitos que não lhes devem ser negados.

Entretanto, ainda que insatisfeito, mas pensando ter cumprido o que me foi pedido, ficarei por aqui. (Esta publicação far-se-á acompanhar de uma outra constituída por uma série de fichas de trabalho nas quais são inseridas um conjunto de perguntas e temas de reflexão para os alunos do curso de Ecumenismo do Seminário Evangélica de Teologia.)

Figueira da Foz, Natal de 1996

José Manuel Leite

1. Ecumenismo e movimento ecuménico

a) Expressões idênticas?

Para a grande maioria das pessoas, e mesmo para alguns ecumenistas os termos *ecumenismo* e *movimento ecuménico* são idênticos ou, pelo menos, utilizados indiferentemente. Por razões de ordem prática vou, em geral, seguir esta linha, ainda que não deixe de constatar uma certa diferenciação entre eles. Felizmente não sou obrigado a ter de escolher, pois se o tivesse de fazer não hesitaria em optar pela expressão *movimento ecuménico* e isto pelas razões que passo a expor.

O termo *ecumenismo* encontra-se muito ligado à dimensão de uma disciplina ou uma ciência; inclui a pesquisa, o estudo e a reflexão. Basta isto para se compreender que o número de pessoas interessadas e nele envolvidas seja bastante reduzido. Essas mesmas pessoas estão, em geral, ligadas a uma actividade intelectual e na maioria dos casos exercem funções de responsabilidade nas suas igrejas, quer como teólogos, quer como dirigentes.

Quando falamos de *movimento ecuménico* a ideia que nos ocorre de imediato é já diferente. Nele sentimos de imediato o dinamismo, a dimensão da acção, o movimento que engloba não só uma certa camada de pessoas, mas todo o povo de Deus que esteja disposto a participar.

Não se trata, pois, de termos que se excluem. Antes pelo contrário. São complementares, quase sempre paralelos e algumas vezes convergentes. Daí compreender, mas não aceitar totalmente, o uso indiscriminado que deles se faz.

b) Definição e conceitos

Não é tarefa fácil definir estes termos! Mas eu próprio sendo um pouco avesso a definições, não deixo de reconhecer a utilidade de apresentar algumas delas, para que desde já o leitor se possa dar conta do que vamos tratar nas páginas que se seguem. Vejamos pois algumas:

- "Por movimento ecuménico entendem-se as actividades e iniciativas que são suscitadas em favor das várias necessidades da Igreja e oportunidade dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos." (in [Unitatis redintegratio](#) (Decreto sobre o Ecumenismo), 4 b), Concílio Vaticano II, 21 de Novembro de 1964)

- "O movimento ecuménico é o processo que conduz a uma maior expressão da unidade e cooperação entre todos os cristãos." (in *Encyclopedic Dictionary of Religion*, Washington, Corpus Publications, 1979.)

- " O movimento ecuménico é um esforço para restaurar a unidade da Igreja, superando as divisões teológicas e confessionais, mas também as barreiras nacionais, sociais e raciais." (in *Le mouvement oecuménique*, Madeleine Barot, P.U.F., Paris, 1967, pág. 8.)

Penso serem suficientes estes exemplos para mostrar claramente a ligação íntima que existe entre o movimento ecuménico e a questão da unidade da Igreja e das igrejas. Esta questão pode, e deve, ser considerada a razão de ser do movimento e dos estudos ecuménicos.

Aproveito, entretanto, este contexto para esclarecer um ponto que me parece ser importante. O movimento ecuménico, no seu conceito lato, e talvez mais fiel à sua raiz (*oikoumene* = todo o mundo habitado), não deveria só dizer respeito à causa da unidade cristã e às relações dos cristãos entre si, mas sim, e também, às relações entre as diferentes religiões mundiais (Judaísmo, Budismo, Islamismo, Hinduismo, etc.) e mesmo ao todo da humanidade, incluindo

os que não professam qualquer religião. Não terá sido um gesto ecuménico a reunião convocada pelo papa João Paulo II, na qual participaram os dirigentes religiosos mundiais e que teve lugar em Assis, Itália, no dia 27 de Outubro de 1986?

Existe, no entanto, uma diferença entre o movimento ecuménico cristão e o movimento ecuménico a nível das várias religiões. O primeiro tem como fundamento, e alvo, a unidade cristã. O segundo pretende contribuir para uma melhor compreensão, colaboração e tolerância entre as várias religiões mundiais e não está preocupado em definir qualquer tipo de unificação, a qual seria impossível dadas as enormes diferenças existentes entre elas.

Finalmente, gostaria de dizer, que o movimento ecuménico é um *movimento de pessoas*, homens e mulheres, jovens e velhos, brancos e pretos, sábios e ignorantes. Não são as toneladas de papel, as inúmeras conferências e encontros de especialistas ou os milhares de quilómetros que se fazem em viagens. Tudo isto, por importante e necessário que seja, acaba por ser secundário. Conheço muitos "turistas ecuménicos", possuidores de belas fotografias dos quatro cantos do mundo, que têm lido, e alguns até ajudado a produzir, muitos desses documentos, mas que não passam, na melhor das hipóteses, de teóricos do ecumenismo, e não são capazes de aplicar na sua situação local ou nacional esta dinâmica própria do *movimento*, do encontro das pessoas, do diálogo com o outro, do viver a experiência da acção, do estudo, da oração e da adoração conjuntas sob o "sopro do mesmo Espírito".

c) Necessidade da formação ecuménica

"A sagrada teologia e as outras disciplinas, especialmente históricas, devem ser ensinadas também sob o ponto de vista ecuménico, de modo que correspondam mais exactamente à verdade das coisas. Importa muito que os futuros pastores e sacerdotes estudem a teologia bem elaborada deste modo e não polemicamente..." (in Decreto sobre o Ecumenismo (*Unitatis redintegratio*), 10 a) e b).)

ou ainda

"O ecumenismo requer uma renovação de atitudes e flexibilidade nos métodos da busca da unidade. Convém também considerar a diversidade das pessoas, das funções e das instituições e até a especificidade das Igrejas particulares e das Comunidades empenhadas na busca da unidade. Consequentemente, a formação ecuménica requer uma pedagogia adaptada às situações concretas da vida das pessoas e dos grupos, respeitando a exigência da progressividade num esforço de contínua renovação e mudança de atitudes.

Todos aqueles que se ocupam da pastoral, e não apenas os professores, são assim formados progressivamente, segundo as grandes orientações que se seguem:

a) O conhecimento da Escritura e a formação doutrinal são necessários desde o início, ligados ao conhecimento da história e da situação ecuménica no país em que se vive.

b) O conhecimento da história das divisões e dos esforços de reconciliação e também das posições doutrinárias das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais permite analisar os problemas no seu contexto sócio-cultural e discernir, nas expressões da fé, o que é diversidade legítima e o que é divergência incompatível com a fé católica.

c) Esta maneira de ver terá em consideração os resultados e as clarificações procedentes dos diálogos teológicos e dos estudos científicos. É até de toda a conveniência que os cristãos escrevam em conjunto a história das suas divisões e dos seus esforços na busca da unidade.

d) Pode assim evitar-se o perigo de interpretações subjectivas, tanto na apresentação da sua fé católica, como na forma como a Igreja Católica compreende a fé e a vida das outras Igrejas e Comunidades Eclesiais.

e) À medida que vai progredindo, a formação ecuménica evidencia como inseparáveis a preocupação da unidade da Igreja Católica e a da comunhão com as outras Igrejas e Comunidades Eclesiais.

f) A preocupação desta unidade e desta comunhão implica que os católicos se empenhem em aprofundar, ao mesmo tempo, a relação com os cristãos orientais e com os cristãos provenientes da Reforma." (in Directório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo, CPPUC, Ed. Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 1993, §§ 56-57, pág. 37ss)

Estas citações de documentos católico-romanos expressam de modo claro e objectivo o que é necessário dizer-se sobre este assunto. Bom seria que nas nossas igrejas protestantes e evangélicas existisse igualmente um tipo de "Directório" como o que acabo de citar.

Mais importante, contudo, é por em prática todas estas normas. Conheço imensos seminários e instituições de ensino teológico onde a cadeira de ecumenismo não faz parte do currículo académico, incluindo os seminários católico-romanos e isto apesar do Directório acima citado dizer, explicitamente, que "as Conferências Episcopais devem garantir que os planos de estudos dêem uma dimensão ecuménica a cada disciplina e prevejam um estudo específico do ecumenismo..." (§ 72)

Por outro lado, não se pense que a formação ecuménica de que estou falando se deva limitar aos cursos de teologia, ou à inclusão de mais uma disciplina no programa de estudos, e tenha por única finalidade a formação de sacerdotes e pastores, ainda que este aspecto seja fundamental, tendo em conta a responsabilidade que têm na educação e no acompanhamento diário de todos os fiéis.

A formação ecuménica faz-se igualmente pela pregação, pela liturgia, pelo cântico, pela oração, pela catequese e pelo estudo bíblico. Também não está limitada ao espaço físico do templo, da capela ou do salão paroquial. Ela pode, e deve, fazer-se na escola, na família ou em pequenos grupos.

Para além do seu aspecto científico, porque o deve ter, a formação ecuménica nunca deverá perder de vista a sua razão de ser principal: a unidade da Igreja e do povo que a constitui, o respeito e compreensão por aqueles que não pensam do mesmo modo e o desejo sincero de aprender.

2. As exigências do ecumenismo

O ecumenismo, como ciência que é, exige uma série de conhecimentos que, a maior parte das vezes, não estão ao alcance de todos. Não pretendo dificultar muito o possível interesse e entusiasmo do leitor, mas não poderei deixar de dizer que se é tanto melhor ecumenista quanto mais se souber de si próprio e dos outros que são os nossos interlocutores no diálogo ecuménico. Ora este saber engloba uma série de matérias e estende-se a vários campos. Bíblia, tradição, história, doutrina, liturgia, teologia, etc., são alguns exemplos. O conhecimento mais ou menos profundo de todos eles é uma condição essencial para o diálogo.

Da Constituição da Comissão Fé e Ordem do CMI, para que se possa compreender melhor o alvo da sua acção, e para nos ajudar no assunto que estou focando, vou citar o seguinte artigo:

" O seu trabalho principal é tirar as igrejas do seu isolamento e levá-las à mesa de conferências, na qual ninguém deverá ser desleal às suas convicções ou aceitar compromissos, mas sim considerar seu dever procurar a melhor maneira de explicá-las aos outros, ao mesmo tempo que fará os possíveis por entender os seus pontos de vista. As diferenças irreconciliáveis terão de ser reconhecidas, do mesmo modo que os pontos de acordo, com total honestidade."

2. As exigências do ecumenismo

a) "Conhece-te a ti mesmo"

Este conceito do filósofo da antiguidade deve ser aplicado directamente na nossa preparação ecuménica. Como poderei iniciar um diálogo, que não seja de surdos, se não souber quem sou ou o que tenho a dizer?

Uma das expectativas de um verdadeiro diálogo inclui um conhecimento mais aprofundado do interlocutor, isto é, o ou os outros quando falam comigo esperam que eu esteja preparado para responder às suas dúvidas e perguntas e a autoridade e credibilidade suficientes para desfazer alguns equívocos, quase sempre provenientes de uma aprendizagem deficiente e superficial.

Nunca poderemos saber qual a questão que, na dinâmica do diálogo, nos vai ser apresentada. Ela pode ser muito simples ou muito complexa, mas não podemos correr o risco de ficar calados quando nos perguntam: o que é o protestantismo? O que pensa a sua igreja sobre isto ou aquilo? Como apareceu a sua igreja? Porque é que a sua igreja não tem um Papa? Ou não tem bispos?

Perguntas deste tipo são muito comuns no chamado "ecumenismo de base", que se desenvolve a um nível interparoquial, em pequenos grupos, ou mesmo entre crentes de confissões diferentes que vivem no mesmo local. Um pouco mais adiante darei conta de outros assuntos e outro tipo de questões que são colocadas a outro nível que chamarei o do "ecumenismo de cúpula", isto é, o dos teólogos e especialistas na matéria.

Seja em que nível for é muito importante conhecermos o mais e melhor possível o que somos e por que o somos. Como, provavelmente, nunca poderemos saber tudo, chegará o momento de confessarmos a nossa ignorância. E isto é um acto de honestidade para com o outro e para conosco próprios. Quando não se sabe, não se deve inventar ou induzir o outro em erro. Se não sabemos num determinado assunto num certo momento, podemos-lo vir a saber mais tarde. O diálogo exige sempre honestidade.

b) O conhecimento do outro

Mas não basta conhecermo-nos a nós próprios e à igreja a que pertencemos. Ao partir para o diálogo com o outro, é importante termos dele e, sobretudo, da sua igreja, um certo conhecimento. Este conhecimento vai facilitar muito o modo de apresentar o assunto e de colocar as questões.

Por outro lado, temos de partir do princípio que o verdadeiro diálogo ecuménico constitui sempre um meio de aprendizagem. Estar aberto para aprender e até, se esse for o caso, modificar algumas das nossas posições, é outra das exigências do diálogo.

Hoje não é mais possível, mesmo a nível enciclopédico, ter um conhecimento sério das várias centenas de igrejas e comunidades eclesiais cristãs que existem no mundo actual. Muitas vezes nem sequer os seus nomes conhecemos. É certo que muitas delas não estão interessadas no diálogo ecuménico, mas também não é menos certo que, no que concerne à unidade da Igreja, à *Una Sancta*, elas não devem ser ignoradas nem esquecidas. Esta é uma das razões por que hoje, em muitos círculos ecuménicos, existem pessoas especializadas para o diálogo com esta ou aquela confissão ou religião. Um ecumenista que se tenha especializado no diálogo luterano-anglicano, ou católico romano-reformado, terá muita dificuldade em sustentar o mesmo diálogo com um interlocutor mórmone, ou adventista, ou budista.

c) O essencial e o acessório

Passo agora a focar um ponto ao qual atribuo uma atenção muito especial. Digo isto porque tenho tido a oportunidade de participar, individualmente ou em grupo, em muitos debates ecuménicos e constatar que, por vezes, o tema da discussão não merecia tantas horas de trabalho e nem sequer deveria ser considerado como um ponto de divergência entre igrejas e muito menos um assunto que tivesse implicações negativas para a unidade da Igreja.

Usei no título desta secção as palavras *essencial* e *acessório*. No Concílio Vaticano II fala-se da *hierarquia das verdades*. Não vou aqui debater qual o conceito mais feliz. Importa-me, sobretudo, que nos estudos ecuménicos e na prática do diálogo possamos discernir da utilidade e importância dos temas que escolhemos para serem debatidos.

Para muitas pessoas, a quem dou o crédito de professarem sinceramente a sua fé e serem fiéis à sua igreja, é suficiente para sustentarem a divisão da Igreja, que numa confissão se usem estolas ou velas e noutra não. Ou que numa os sacerdotes se possam casar e noutra não. Ou que umas usem um crucifixo e outras uma cruz vazia. Certamente que existirão razões, mais ligadas à história e à tradição do que do que à doutrina e ao dogma, que justificam todas estas diferenças. Mas a pergunta que faço é a seguinte: Serão elas essenciais? Eu, pelo meu lado, não as considero como tal e por isso não estou interessado em discutir tais questões. Apetece-me dizer, e peço desculpa ao leitor pela comparação, que o facto de eu usar uma gravata e o meu irmão detestar tal objecto, não faz perigar a unidade da minha família e nem merece ser discutido.

Existem muitos outros assuntos, que considero essenciais, alguns dos quais merecerão a minha atenção nestas páginas. É sempre bom, e útil, que saibamos distinguir os pontos fundamentais das nossas divisões e, de igual modo os pontos fundamentais da nossa unidade como Igreja de Cristo.

3. Breve história do movimento ecuménico

O movimento ecuménico já tem uma história. Tem sido muito difícil, tanto a historiadores como ecumenistas, porem-se de acordo sobre uma data ou, mais precisamente, um acontecimento que seja considerado o seu início. Quando se parece chegar ao ponto de consenso, eis que se tem conhecimento de um acontecimento anterior, por vezes a nível de dois indivíduos, que poderia ser considerado como "o início dos inícios". Não só por falta de conhecimento pessoal, mas também porque a data em questão não é fundamental para este trabalho, não irei mais além. Quero, entretanto, dizer que antes de 1910, data em que vou começar esta brevíssima resenha histórica, já as relações ecuménicas eram uma realidade entre indivíduos, igrejas e organizações, em várias partes do mundo, particularmente nos Estados Unidos da América e na Europa.

Para além do *Grande Cisma* que em 1054 separou os cristãos do ocidente e do oriente, opondo especialmente os patriarcas de Roma e de Constantinopla e dando origem à Igreja Ortodoxa do Oriente e à Igreja Católica Romana e da separação que se deu com o movimento da *Reforma* no séc. XVI que conduziria à separação de Roma das Igrejas Luteranas, Reformadas (Calvinistas) e, um pouco mais tarde a Anglicana, penso que o movimento que começa a tomar forma nos finais do séc. XIX com vista a tentar reagrupar as diferentes igrejas, tem como preocupação principal parar esta tendência separatista que então (como ainda hoje...) se fazia notar.

Apesar desta realidade, as confissões de fé que foram surgindo ao longos dos tempos, são unânimes na afirmação da Igreja una. A Confissão de Augsburgo declara: "Ensinamos que não deve existir mais do que uma santa Igreja cristã. Ela é a assembleia de todos os crentes entre os quais o Evangelho é pregado fielmente e os santos sacramentos administrados de acordo com o Evangelho." Para Martin Bucer, o reformador de Estrasburgo "a Igreja é a sociedade de todos os que confessam Jesus Cristo, sempre e em todos os lugares". As confissões de fé reformada e anglicana afirmam igualmente "a fé numa Igreja una, católica e apostólica".

A partir dos meados do séc. XIX, é na Igreja Anglicana que se faz mais sentir a preocupação pela causa da unidade. É do seu seio que surge o Movimento de Oxford e a Associação para a Promoção da União da Cristandade, criada em 1857. O seu nome não corresponde inteiramente ao que seria necessário, uma vez que a Associação dirigia os seus esforços para a união dos ortodoxos, anglicanos e católico-romanos deixando de fora os luteranos e os reformados. Esta tentativa foi condenada pelo Santo Ofício em 1864. Mais tarde, em 1890, o abade Portal, do lado católico-romano e Lord Halifax, do lado anglicano, tentam reviver a mesma experiência, mas o resultado não foi muito diferente pois, o papa Leão XIII acaba por condená-la em 1896.

Se estas eram as tendências que se manifestavam na "Alta Igreja" anglicana, os seus meios mais "evangélicos" ("Baixa Igreja") preocupavam-se com as Igrejas luteranas, reformadas, congregacionalistas e metodistas. É neste contexto que surge, em 1888, um documento conhecido pelo *Quadrilátero de Lambeth* que apresenta quatro condições para qualquer reunião futura: 1) Aceitação do Antigo e Novo Testamentos, como conteúdo tudo o que é necessário para a salvação e como autoridade suprema em matéria de fé; 2) Reconhecimento dos Credos Apostólico e de Niceia, como declarações suficientes da fé cristã; 3) Celebração dos dois sacramentos, Baptismo e Ceia, administrados com as palavras de Cristo e os elementos por Ele designados e 4) Aceitação do episcopado histórico como estrutura da Igreja (o que implica o triplo ministério tradicional de bispo, presbítero e diácono). Passados mais de cem anos, podemos hoje dizer que estas condições continuam a dominar o diálogo quanto se fala da unidade da Igreja ou de união de igrejas.

Nesse mesmo século foram criadas as Sociedades bíblicas, as Sociedades de missões e as Alianças evangélicas. As duas primeiras são constituídas por igrejas e a última por cristãos individualmente.

Surgem igualmente as grandes famílias confessionais: 1867, a primeira Conferência de Lambeth; 1868, a primeira tentativa para a criação da Federação Luterana Mundial; 1875, a Aliança Mundial das Igrejas Reformadas; 1881, a primeira Conferência Mundial Metodista; 1889, a Conferência dos bispos velho-católicos; 1891, o Conselho Mundial Congregacionalista; 1905, é criada a Aliança Baptista Mundial.

Para concluir esta viagem rápida pelo século XIX, penso ser minha obrigação mencionar dois movimentos que, não tendo sido fundados por igrejas, nasceram de fontes cristãs e foram estabelecidas com uma grande visão ecuménica. Refiro-me às Associações Cristãs da Mocidade (ACMs) e à Federação Universal dos Estudantes Cristãos. Ambas foram o alforge que preparou muitos dos líderes do movimento ecuménico na geração seguinte, a começar pelo próprio Visser't Hooft.

a) De 1910 a 1947

O desejo pela unidade, que deu origem à formação de muitas das organizações acima mencionadas, manifestou-se com uma intensidade ainda maior no campo da actividade missionária. Na verdade, muitas das Sociedades Missionárias deram-se conta de que o antagonismo e a rivalidade entre elas constituía um verdadeiro escândalo para as populações no seio das quais estavam actuando.

Com esta consciência, e após longos anos de esforços e negociações, decidiram organizar uma grande reunião mundial que acabaria por ter lugar em Edimburgo, em 1910. Aí se reuniram 1.200 delegados escolhidos pelas respectivas Sociedades Missionárias, não representando deste modo, senão indirectamente, as suas igrejas.

O tema principal da Conferência de Edimburgo de 1910, é com este nome que ela passa para a história do movimento ecuménico, era o do confronto entre o cristianismo e as religiões não-cristãs. De ante-mão tinha-se acordado não discutir ou tomar quaisquer resoluções de carácter doutrinal ou eclesiológico. A presença de delegados africanos e asiáticos era muito reduzida mas, mesmo assim, suficiente para pedirem muito insistentemente às Sociedades Missionárias que enviassem para os seus países "uma Igreja cristã unida, sem divisões interconfessionais". No relatório final fala-se "da necessidade de procurar implantar, em cada país não-cristão, uma Igreja não dividida".

Concretamente, a Conferência de Edimburgo não tomou muitas decisões. Uma, entretanto, viria a ter repercussões ecuménicas muito importantes: a da constituição de uma Comissão de Continuação que funcionaria como órgão permanente de cooperação internacional entre as Sociedades Missionárias. Tanto o seu Presidente John R. Mott, como o seu Secretário J. H. Oldham, viriam a ser nomes célebres do movimento ecuménico, nas décadas que se seguiram e isto após terem conseguido, em 1920, a criação do Conselho Missionário Internacional. (Também conhecido por Conselho Internacional de Missões)

Em 1920, o Comité de Continuação de "Fé e Ordem", integrado por representantes de 40 países e 17 igrejas, reuniu-se em Genebra para planear a Conferência Mundial deste movimento. O tema teológico principal era "o significado da Igreja e o que entendemos por unidade" ou, por outras palavras, "a Igreja e a natureza da Igreja reunida". Imediatamente,

estes "pais ecuménicos" (não se vislumbram nenhuma mulher nas fotografias desse tempo!) constataram que teriam de se enfrentar com a questão de modelos específicos de unidade. Aceitaram desde logo a rejeição de qualquer modelo que levasse à coerção, uniformidade, proselitismo, expectativa do "retorno" à igreja-mãe, tolerância mútua ou qualquer outra forma de unidade "espiritual" que não requeresse alguma expressão visível. Tudo isto está em consonância com o sentido novitamentário de unidade, como foi então afirmado.

Quando a primeira Conferência Mundial de Fé e Ordem teve lugar em Lausana (1927), a agenda continha um ambicioso leque de assuntos: motivação para a unidade, a natureza e proclamação do evangelho, a natureza da Igreja, a confissão de fé comum, o ministério, os sacramentos e o tópico, provavelmente o mais interessante para o nosso trabalho, "a unidade da Cristandade e a sua relação com as igrejas existentes". Este assunto, que levantou sérias dificuldades no debate, está presente no relatório de Lausana (Secção VII) com o título: "A ideia de uma Igreja unida nos pontos essenciais de fé e ordem, incluindo os diversos tipos de declarações doutrinárias e formas de administração". Nesse contexto foram propostos os seguintes fundamentos para uma igreja unida:

- 1) uma fé comum e uma mensagem comum para o mundo;
- 2) o baptismo como o rito de entrada na igreja una;
- 3) a eucaristia como expressão da vida comunitária da igreja e sinal de adoração colectivo;
- 4) o ministério aceite em toda a igreja universal;
- 5) liberdade de interpretação sobre a graça sacramental, a ordem ministerial e a autoridade;
- 6) o devido lugar para o exercício dos dons proféticos.

Foi o ponto mais debatido de todo o relatório. Os ortodoxos e alguns anglicanos resistiram muito à sua aprovação dizendo que ao ser concedida a garantia de "liberdade de interpretação" relacionada com a graça sacramental e as ordens ministeriais estava-se pondo em causa, e comprometia-se, a antiga Tradição. As várias versões deste ponto nunca mereceram a aprovação de todos os presentes e foi decidido remeter o relatório para o "Comité de Continuação". Significa isto que, em Lausana, o assunto dos modelos de união era central, mas o movimento não se encontrava ainda em condições de alcançar qualquer acordo.

A segunda Conferência Mundial de Fé e Ordem, que teve lugar em Edimburgo (1937), também dedicou longo tempo à questão dos modelos da unidade da Igreja. Uma Comissão preparatória especial sobre este tema, apresentou um relatório sobre "Os significados da unidade" (publicado no nº 82 dos documentos de Fé e Ordem). Três modelos ou "formas de unidade" acabaram por ser aceites na Conferência de Edimburgo:

- 1) Acção cooperativa (tipo de confederação com a finalidade de um testemunho comum "sem violação de consciência");
- 2) Reconhecimento mútuo e intercomunhão (intercâmbio de membros e ministros e partilha mútua e regular dos sacramentos);
- 3) União orgânica ("a unidade de um organismo vivo, com a diversidade característica dos membros num corpo saudável... uma igreja tão unida na qual a lealdade última de cada membro esteja ligada ao corpo total e não a uma parte deste").

O terceiro modelo, o da união orgânica, foi considerado a expressão mais significativa da unidade dada por Deus à sua Igreja. Os outros dois modelos foram vistos como realizações parciais do objectivo último. O modelo, ou modelos, que levará à verdadeira unidade conduzirá a uma unidade na qual a diversidade é expressa dentro da comunhão plena. "O nosso alvo", concluiu a Conferência de Edimburgo, "é encontrar em Deus, receber de Deus como dádiva sua, a unidade que possa aceitar e preservar numa comunidade de amor todas as variedades de dons espirituais que ele nos tem dado nas nossas separações".

Em Julho de 1937, nas vésperas das Conferências Mundiais de "Vida e Acção", em Oxford. e "Fé e Ordem", em Edimburgo, realizou-se em Londres uma reunião de representantes dos dois movimentos. Aí ficou decidida a união dos dois movimentos e a criação de "uma assembleia mais representativa das igrejas". Propuseram que a nova organização deveria integrar leigos "que ocupassem lugares de responsabilidade e influência no mundo secular e fosse constituída por um quadro de pessoal inteligente de primeira classe". Foi S. McCrea Cavert, dos Estados Unidos, que sugeriu o nome de "Conselho Mundial de Igrejas".

Tanto Oxford como Edimburgo aceitaram a proposta e nomearam sete membros cada para constituírem o "Comité dos 14" com a finalidade de formarem o CMI. Estes, reunidos em Utreque, em Maio de 1938, criaram uma comissão provisória responsável pelo "Conselho Mundial de Igrejas *em formação*". William Temple, arcebispo de York, e mais tarde de Cantuária, foi nomeado Presidente e W. A. Visser't Hooft, Secretário Geral. Em Novembro desse ano foram enviados convites formais a 196 igrejas e o próprio arcebispo W. Temple escreveu uma carta pessoal ao Secretário de Estado do Vaticano.

Em 1939, esta comissão provisória planeava a realização da primeira assembleia do CMI para Agosto de 1941 mas, devido à eclosão da II Grande Guerra Mundial, o período de formação estendeu-se por mais alguns anos, até 1948.

b) De 1948 a 1961

Ainda que me inclua no número dos que não identificam o movimento ecuménico com o CMI, não deixando de reconhecer neste o instrumento mais operante daquele, não posso deixar de dizer que este quarto de século de actividade ecuménica, foi quase que preenchido pelas primeiras três Assembleias do CMI e pelas reuniões do seu Comité Central. Não pertence ao âmbito deste trabalho fazer uma análise exaustiva do que se passou nessas reuniões. No entanto, para introduzir o leitor no contexto das mesmas, vou tentar dar uma ideia de algumas dessas reuniões salientando, no momento histórico em que tiveram lugar, o que de mais significativo se passou e foi decidido. Como de uma introdução se trata, não vou seguir os chamados documentos e relatórios oficiais dessas reuniões e, em seu lugar, basear-me-ei no que W.A. Visser't Hooft, o grande artífice do CMI, escreveu nas suas "Memórias". (Memoirs, W. A. Visser't Hooft, WCC Publications, Geneva, 1973)

Em Fevereiro de 1946 a Comissão Provisória decidiu organizar a primeira Assembleia no verão de 1948. "Esta decisão parecia-me quase impossível", escreve Visser't Hooft, " para levar a bom termo os preparativos necessários em tão pouco tempo: muitas igrejas encontravam-se completamente desorganizadas devido à guerra e muitas delas estiveram isoladas durante muitos anos. Uma nova geração de dirigentes eclesiásticos tinha surgido e muitos deles não tinham qualquer experiência ecuménica. O próprio conceito de um Conselho Mundial de Igrejas era ainda uma ideia nova e estranha e muitos olhavam-no com uma certa suspeita." (op. cit., pág. 204)

Visser't Hooft tinha razão. A situação social e política era a nível mundial, e particularmente na Europa, pouco menos que caótica. E ele tinha consciência de que a primeira Assembleia não

poderia correr o risco de um fiasco. E esta Assembleia tinha alguns pontos específicos e delicados a tratar. Era uma Assembleia constituinte e legislativa. Tinha de aprovar uma constituição, um programa e uma política de acção para o novo Conselho.

Aquilo que parecia uma tarefa humanamente impossível, foi menos difícil do que se pensava. As igrejas e os seus responsáveis, deram-se conta durante o período da guerra da necessidade urgente e indispensável, do movimento ecuménico. "Praticamente, todos os que foram solicitados para cooperar aceitaram o convite. Dirigentes eclesiásticos, teólogos e leigos, que nunca haviam manifestado qualquer interesse pelos assuntos ecuménicos, estavam então prontos a dar do seu tempo e das suas energias... Até Karl Barth, que até aí permaneceu afastado e crítico, e cujo nome havia sido proposto por Henry Van Dusen para orador principal, aceitou cooperar." (op.cit., pág. 204). A propósito deste grande teólogo reformado do nosso século, talvez o maior e mais influente de todos, Visser't Hooft conta um episódio que se passou numa das reuniões preparatórias, no Castelo de Bossey (mais tarde o Instituto Ecuménico) entre K.Barth e Anders Nygren, notável teólogo luterano da Suécia: "Na discussão sobre a relação entre o Evangelho e a Lei, que tanta controvérsia causou entre Luteranos e Reformados, Barth disse, finalmente, a Nygren: "Se o que V. disse é Luterano, então eu sou Luterano" e Nygren replicou: "Se o que V. disse é Reformado, então eu sou Reformado". Mas quando um outro Luterano, de visão muito mais estreita, começou a citar longamente os documentos confessionais dos séculos XVI, Barth ficou irritado. Não disse nada. Pegou num Novo Testamento grego e colocou-o simplesmente em cima de todas essas confissões antigas. O gesto foi muito mais eloquente do que quaisquer palavras." (op.cit., pág. 205)

Uma das grandes expectativas era a presença, e a entrada no CMI dos ortodoxos russos, romenos, búlgaros e jugoslavos. O facto, que chegou a estar bem encaminhado, gorou-se no último momento, devido a uma má interpretação (Visser't Hooft chama-lhe má tradução) de um documento, no qual a Igreja Ortodoxa entendeu que o CMI viria a exercer uma "influência internacional" caindo assim numa tentação que o próprio Cristo recusou. Ao mesmo tempo, dizia-se no documento ortodoxo que declinava o convite para estar presente em Amsterdão, que o CMI não estava mais interessado na verdadeira unidade da Igreja e criticava-se o Conselho por ter aceitado como condição de unidade o simples reconhecimento de Cristo como Senhor. Portanto não podiam participar no movimento ecuménico "na sua forma presente"...

Mas o problema não era só com a família ortodoxa. Havia igualmente uma grande incerteza quanto à participação de observadores da ICR. Por esta razão, Visser't Hooft começou a fazer contactos a nível pessoal com alguns amigos católicos-romanos.

"O Padre Yves Congar enviou-me uma lista de quatorze nomes de católicos que eram activos e manifestavam interesse no movimento ecuménico. Tinha tido informação de que muitos deles nunca receberiam autorização superior para serem observadores. Enviei, nos princípios de 1948, dez convites a católicos romanos.

Em Abril soube que o arcebispo de Utreque, cardeal de Jong, chamou a si, como bispo da diocese onde a Assembleia se realizava, a responsabilidade de escolher os observadores e que muito poucos da lista do padre Congar receberiam a sua aprovação... Entretanto o Santo Ofício, em Roma, publicou um *Monitum* lembrando a todos os católicos romanos que era proibido participar em reuniões ecuménicas sem a devida permissão do Vaticano." (op. cit., pág. 207)

Esta decisão, que ainda dava algumas esperanças de ver observadores da ICR em Amsterdão, foi completamente esclarecida em 18 de Junho, data em que o Santo Ofício tornou público que nenhum católico romano receberia autorização para estar na Assembleia. Quais as causas que

motivaram esta decisão? É ainda Visser't Hooft que nos dá a sua resposta: "Tudo o que conseguimos saber foi que era muito grande o número de pedidos de autorização para a Assembleia, não só como observadores, mas também como visitantes. O Vaticano teria ficado preocupado com todo este entusiasmo e decidiu tomar uma decisão negativa." (op.cit., pág. 208)

Entretanto, os Bispos da ICR da Holanda, emitiram uma carta pastoral sobre o problema ecuménico e nela explicavam que a ausência da ICR se devia a razões de ordem dogmática *uma vez que a unidade só poderia ser encontrada se todos os cristãos voltassem à ICR*. Esta carta é de 31 de Julho e foi lida em todas as paróquias holandesas em 22 de Agosto de 1948.

A ausência de ortodoxos e católicos romanos constitui um rude golpe para os organizadores da Assembleia mas, mais importante ainda, para o próprio movimento ecuménico. Uma vez mais, na história da Igreja, a separação das igrejas foi mais visível que a unidade que proclamavam!

Sob o ponto de vista ecuménico, parece-me importante referir duas citações dos documentos de Amsterdão. A primeira faz parte do relatório do Secretário-Geral, ao explicar à Assembleia a sua visão do CMI:

" Somos *um conselho* de igrejas e não o **Concílio** (N.A.- Council, no original. Uma vez que em inglês só existe uma palavra para expressar o que nós chamamos Conselho e Concílio, optei por esta última por me parecer interpretar melhor o que Visser't Hooft queria dizer.) da Igreja indivisa. O nosso nome mostra a nossa fraqueza e vergonha perante Deus, porque só pode existir, e *existe* na realidade, uma só Igreja de Cristo na terra. A nossa pluralidade é uma anomalia profunda. Mas o nosso nome mostra igualmente que estamos conscientes dessa situação, que não a aceitamos com passividade e que seguiremos no caminho da manifestação da Igreja Una e Santa. O nosso Conselho representa, portanto, uma solução temporária - uma etapa no caminho - um corpo que vive entre o tempo em que as igrejas viviam separadas umas das outras e o tempo - na terra ou no céu - em que será verdadeiramente visível a existência de um só Pastor e de um só rebanho." (op.cit., pág. 210)

A segunda citação é extraída da Mensagem enviada às Igrejas e que pode ser entendido como o resumo que os delegados fizeram da Assembleia:

" Comprometemo-nos de novo com Cristo e, ao constituirmos o Conselho Mundial de Igrejas, fizemos uma aliança entre nós. *É nosso propósito permanecermos juntos.*" (in [Mensagem da Assembleia de Amsterdão](#))

Como se compreende, não poderei entrar em pormenores, nem mesmo mencionar sumariamente, tudo o que se passou entre 1948 e 1961, período em que o movimento ecuménico viveu um dos seus momentos mais interessantes e ao qual não é estranho a nova dinâmica que lhe deu o recém formado CMI. De entre os muitos, e positivos, passos dados, permito-me referir dois que considero relevantes: a reunião do Comité Central do CMI em 1950 e a 3ª Assembleia do mesmo Conselho, em 1961.

A reunião do Comité Central (CC) de 1950 realizou-se em Toronto, Canadá. Começou nove dias após o ataque à Coreia do Sul, o que levou o CC a aprovar uma declaração que causou um certo mal estar nas igrejas do leste, que acusaram o CMI de estar a fazer o jogo dos poderes ocidentais. Mas a reunião de Toronto haveria de ficar conhecida por um outro documento então aprovado: *"A Igreja, as Igrejas e o Conselho Mundial de Igrejas"*.

Na constituição do CMI dizia-se, muito claramente, que o Conselho não podia legislar para as igrejas e que a autoridade das suas declarações públicas consistia somente no " valor que continham pela sua verdade e sabedoria". Mas a Assembleia de Amsterdão não se pronunciou

sobre a natureza do Conselho ou sobre a forma segundo a qual ele se relacionava com as suas igrejas membros.

A questão que estava em causa era, em termos teológicos, o *significado eclesiológico* do CMI. Em linguagem mais comum, a questão era saber se o Conselho se considerava, em si mesmo, uma *Super Igreja*, apesar de muitas vezes já se terem pronunciado no sentido contrário.

O debate, como se pode imaginar, foi acalorado e deixou transparecer que nem todos tinham a mesma ideia acerca da natureza do CMI. Uns pensavam que qualquer igreja que se filiasse no Conselho teria de aceitar, e reconhecer plenamente, todas as outras. Outros, viam o CMI só como um instrumento, pelo qual era possível discutir o assunto da unidade da Igreja e que se esperava das igrejas membros a abertura necessária e suficiente para o diálogo, não se lhes exigindo que abdicassem das suas convicções acerca da natureza da igreja.

A declaração adoptada em Toronto diz que as igrejas membros reconhecem que "ser-se membro da Igreja de Cristo é muito mais abrangente do que ser-se membro do seu próprio corpo eclesiástico". Isto não implica "que cada igreja tenha que ver as outras igrejas membros como igrejas, no verdadeiro e completo sentido da palavra". No entanto elas "reconhecem-se umas às outras como servindo o mesmo Senhor" e "aceitam nas outras igrejas elementos da Igreja verdadeira".

Para alguns isto pareceu uma maneira muito cautelosa de expressar a natureza da unidade que as igrejas buscavam através do CMI. Apesar de tudo o que se possa dizer sobre o assunto, e alguns esforços já foram feitos para se dizer mais, a declaração de Toronto permanece, passados 46 anos, a última palavra sobre o assunto, ou melhor dizendo, o que formalmente não muda muito, a última palavra que as igrejas membros do CMI disseram em conjunto. (Não devemos pensar que este assunto foi dado por encerrado em Toronto. Na 3ª Conferência Mundial de Fé e Ordem, em Lund, Suécia, dois anos após a reunião de Toronto, os delegados afirmaram que "não existem duas igrejas, uma visível e outra invisível, mas uma só Igreja que tem de encontrar a sua expressão visível na terra". Este acento na unidade *visível* implica que o compromisso ecuménico não seja compatível com o *status quo* de uma igreja dividida.)

O outro evento que desejo referir é a 3ª Assembleia do CMI, que teve lugar em Nova Deli, Índia, em 1961. Ecumenicamente falando, vou salientar quatro factos que aí ocorreram:

1. *Mudança da Base Fundamental do CMI* - A Base do CMI aprovada em Amsterdão, e que servia como único critério para que uma igreja fosse aceite como membro, dizia: "O CMI é uma comunhão (fraternidade) de igrejas que aceitam nosso Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador". Esta base foi revista em Nova Deli e a Assembleia aprovou a) que se lhe adicionasse uma referência às Escrituras (sugestão da Igreja Luterana da Noruega) e b) que se explicitasse a sua dimensão trinitária (proposta das Igrejas Ortodoxas) sem que ela se transformasse num credo ou incorporasse linguagem teológica complexa. O resultado final, que ainda hoje permanece, foi o seguinte: "O CMI é uma comunhão (fraternidade) de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo as Escrituras, e procuram responder juntas à sua vocação comum, para glória do Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo".

2. *Entrada das Igrejas Ortodoxas no CMI* - As suspeitas, expressadas pelas Igrejas Ortodoxas do Leste Europeu em 1948, quando temiam ser o CMI uma organização protestante e pró-ocidental, foram dissipadas e a Assembleia teve a alegria de poder aceitar como novos membros, quatro grandes Igrejas Ortodoxas: da Rússia, da Bulgária, da Roménia e da Polónia.

3. *Presença de observadores da ICR* - As proibições do Santo Ofício, no caso da primeira Assembleia, reiteradas pelo Arcebispo de Chicago, no caso da segunda (Evanston, 1954)

foram levantadas e, pela primeira vez, observadores oficiais da ICR estiveram presentes. Esse facto é muito significativo, pois a partir de então, a presença católica romana passa a ser uma constante no movimento ecuménico.

4. *Integração do Conselho Missionário Internacional (IMC) no CMI* - o quarto aspecto que merece ser mencionado, pelo gesto ecuménico que representa, é a integração do IMC no CMI. Estas duas organizações que desde o seu início sempre tiveram boas relações de trabalho e cooperação, mantinham uma certa suspeita mútua que sempre impediu a sua unificação: do lado do IMC punham-se em causa muitas das posições teológicas tomadas pelo CMI; do lado deste temiam-se as atitudes proselitistas que por vezes surgiam na acção missionária do IMC. Por meio de um diálogo sério e paciente, estas suspeitas foram esclarecidas e a integração deu-se.

c) De 1962 aos nossos dias

Mais uma vez terei de ser selectivo. E mais uma vez corro o risco de não ser objectivo, isto é, os factos que vou escolher são, *em meu entender*, os mais relevantes deste período. Isto não exclui a hipótese, mais do que provável, que o não sejam para outros, talvez até para o próprio leitor. Vou concentrar a minha atenção em duas áreas:

1. O que se passa no seio da ICR

O ano de 1962 fica marcado na história do ecumenismo como o ano do *Concílio Vaticano II*, que nele realizou a sua primeira sessão (Set.-Dez. 1962) e que se prolongaria até o dia 8 de Dezembro de 1965. É tarefa impossível tentar apresentar em poucas linhas o que foi o Concílio. Para o leitor, menos familiarizado com este assunto, ter uma pequena ideia do que pretendo exprimir digo-lhe somente que das cinco Constituições, dos nove Decretos e das Declarações aprovadas, sem contar as Mensagens e os Discursos oficiais, vou-me limitar a mencionar nestas páginas um único Decreto e dele extrair alguns textos relevantes para o nosso tema.

Isto não significa que a dimensão ecuménica do Vaticano II se limite ao Decreto sobre o Ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*) ou que a ICR não se tenha empenhado em outras acções concretas no movimento ecuménico ou mesmo publicado outros documentos, no período de tempo que estamos a analisar. O que acontece é que no cap. 7 deste trabalho irei desenvolver um pouco mais em pormenor o envolvimento da ICR no movimento ecuménico e penso não ter justificação incluir aqui factos que irei mencionar mais adiante.

2. O que se passa no seio do CMI

O impacto e as esperanças iniciadas com a realização do Vaticano II fizeram-se sentir, desde a primeira hora, na vida do CMI. Quer através dos seus próprios observadores, quer pelos observadores de muitas das suas igrejas membros, as decisões conciliares, que eram difundidas de imediato, começaram a gerar uma onda de reacções, positivas e negativas, com um grande impacto no movimento ecuménico em geral e no CMI em particular.

"A primeira Assembleia do CMI realizada após o Concílio (Upsala, 1968) suscitou, uma vez mais, a questão da entrada da ICR como membro. Em 1969, o Papa Paulo VI disse que a filiação da ICR "continha implicações teológicas e pastorais muito sérias e requeria um

estudo profundo e um compromisso para uma caminhada que... poderá ser longa e difícil" (in Dictionary of the Ecumenical Movement, WCC Publications, Geneva, 1991, pág. 1099). Em 1972, num relatório do Grupo Unido de Trabalho (JWG/GUT) do CMI e do Vaticano chega à conclusão de "não existirem objecções teológicas, eclesiológicas ou canónicas insuperáveis que impeçam a entrada da ICR no CMI, mas a Santa Sé julgou prudente não pedir a sua filiação "num futuro próximo" (id.). Apesar desta decisão, a cooperação da ICR no seio do CMI nunca deixou de aumentar, quer qualitativa quer quantitativamente.

No tema que nos importa mais de perto tratar, não posso deixar de mencionar o relevante trabalho realizado pela Comissão de Fé e Ordem (F&O) (Iguamente conhecida por "Fé e Constituição"), entre 1964 e 1967, sobre a natureza e a estrutura dos Concílios Ecuménicos na Igreja Antiga e o significado do processo conciliar para o movimento ecuménico. Este estudo haveria de fazer com que a quarta Assembleia do CMI, Upsala 1968, pedisse às igrejas "que trabalhassem no sentido de viabilizarem a concretização de um genuíno concílio universal que, uma vez mais, falasse para todos os cristãos."

A descrição da unidade como "comunidade fraterna conciliar" (Conciliar fellowship, no original. É sempre muito difícil traduzir a palavra fellowship por uma outra que lhe corresponda em português. Optei pela expressão "comunidade fraterna", muito usada pelos tradutores franceses.) continuou a ser usada, desde então, até os nossos dias e foi amplamente discutida nas Assembleias do CMI em Nairobi (1975), Vancouver (1983) e Camberra (1991). Existem, no entanto, sérias objecções por parte das igrejas ortodoxas e da ICR, uma vez que para estas o termo "conciliar" já pressupõe uma unidade de fé e deve aceitar critérios muito precisos.

Por estas e outras razões o termo "conciliar" tem vindo a ser utilizado cada vez menos em muitos círculos ecuménicos o que, pessoalmente, lamento, pois vejo nele um desafio muito forte que nos deveria motivar a unir os nossos esforços guiados por essa visão, que não considero utópica, de podermos chegar um dia à realização de um genuíno Concílio Ecuménico. Ele seria a grande expressão da visibilidade da nossa unidade cristã. Estou consciente do muito que ainda nos resta fazer para lá chegarmos mas não alinho com os que perante as sérias dificuldades preferem-nas pôr de lado...

Em 1982, e após muitos anos de labor intensivo, a Comissão de F&O é autorizada pelo Comité Central do CMI a enviar às igrejas o Documento de Lima [Baptismo](#), [Eucaristia](#) e [Ministério \(BEM\)](#), pedindo-lhes que respondessem formalmente ao mesmo. "Este texto de Lima representa as convergências teológicas significativas que Fé e Constituição (Não tendo a minha preferência, esta é a tradução mais comum nos países latinos da expressão "Faith and Order" (= Fé e Ordem) discerniu e formulou. Aqueles que sabem quanto as Igrejas têm divergido na doutrina e prática do baptismo, da eucaristia e do ministério, podem aperceber-se da importância da medida do acordo aqui registada. Praticamente, todas as confissões tradicionais estão representadas na Comissão. Que teólogos de tradições tão vincadamente diferentes possam ser capazes de falar com uma tal harmonia sobre o baptismo, a eucaristia e o ministério - eis um facto sem precedentes no movimento ecuménico moderno. Note-se com particular atenção, o facto de a Comissão incluir igualmente entre os seus membros de pleno direito, teólogos da Igreja católica romana e de outras Igrejas que não pertencem ao Conselho Mundial de Igrejas." (in Baptismo, Eucaristia, Ministério (Documento de Lima), Ed. portuguesa, Trad. Dimas Almeida, COPIC, Coimbra, 1983, pág. 7)

Em 1991 o BEM já tinha sido traduzido e publicado em 35 línguas e o secretariado da Comissão tinha então recebido 190 respostas oficiais das igrejas, incluindo a ICR, para além das muitas reacções de Conselhos de Igrejas, grupos ecuménicos, teólogos e pessoas singulares.

Da análise de todas estas respostas a Comissão de F&O sugere que se iniciem estudos mais elaborados ecumenicamente nas seguintes áreas: a) a relação entre Escritura e Tradição, b) a natureza do sacramento e a sacramentalidade (incluindo a relação entre palavra e sacramento) e c) a necessidade de perspectivas comuns na eclesiologia.

Um dos outros projectos em que esta Comissão teológica dá o seu válido contributo para o diálogo ecuménico é o estudo sobre o tema "Para uma expressão comum da fé apostólica hoje", muito baseada num bem elaborado programa que tem por base o Credo Niceno-constantinopolitano.

Não gostaria de deixar o leitor com a ideia de que toda a contribuição do CMI para o movimento ecuménico se resume, o que já não seria pouco, no trabalho notável realizado pela Comissão de Fé e Ordem (Não resisto à tentação de informar, para quem o não saiba, que desde 1996 esta Comissão integra, pela primeira vez, um membro português, na pessoa do Pastor Manuel Pedro Cardoso, da Igreja Presbiteriana). Seria um grande engano! Por outro lado não poderei descrever aqui o que se passa com muitas das outras actividades e programas do CMI. Limitar-me-ei, fazendo-lhes assim o mínimo de justiça possível, à citação de alguns deles que, pelo impacto tido no movimento ecuménico, mais se têm salientado: Programa do Combate ao Racismo, Comissão das Igrejas para o Desenvolvimento, Década da Solidariedade das Igrejas com as Mulheres, Comissão das Igrejas para os Assuntos Internacionais, Programa de Educação Teológica e Instituto Ecuménico de Bossey, Comissão Médica Cristã, Programa "Justiça, Paz e Integridade da Criação", Comissão Mundial para a Missão e Evangelização, Partilha Ecuménica de Recursos, etc..

4. Os grandes temas

a) Unidade e divisão da Igreja e das igrejas

Que a Igreja é *uma* e *una* todos o sabemos. O que acontece é que sempre temos a tendência para fazermos os nossos juízos e formarmos as nossas opiniões baseados naquilo que vemos, e podemos medir, e podemos comparar. Ora o que vemos está longe de nos levar à conclusão de ser *uma* e *una* a Igreja do Senhor. O que observamos é a existência de muitas igrejas, umas maiores e mais influentes e outras mais pequenas e quase ignoradas. Que se passou?

A *Una Sancta*, confirmada (uso aqui a palavra confirmada e não criada, para não dar aso a que se entre no antigo, e ainda actual, debate sobre a data, o local e as circunstâncias em que a Igreja "nasceu": foi Jesus o seu fundador? Foram os apóstolos com a autoridade Dele recebida? O que hoje chamamos Igreja existia antes do Pentecostes? Deixo esta questão para os exegetas do Novo Testamento e para os historiadores) pelo Espírito Santo no dia do Pentecostes é-nos apresentada como a assembleia dos que "participavam fielmente no ensino dos apóstolos, na união fraterna, no partir do pão e nas orações e... viviam muito unidos e punham em comum tudo o que possuíam... e reuniam-se diariamente no templo... e partiam o pão ora numa casa ora noutra...e davam louvores a Deus e eram bem vistos por todo o povo." (Actos 2: 42, 44, 46-47)

Ora o que acontece, e disso dá testemunho o Novo Testamento, particularmente as cartas paulinas, dentro desta Igreja nascente é o começarem a surgir as chamadas "igrejas particulares" ou "locais": a que está em Roma (Rom. 1:11) (que não foi fundada por Paulo), a que está em Corinto (I Cor. 1: 2), a que está em Colossos (Col. 1: 2), na Galácia, em Filipos, em Éfeso, etc.. Nesta situação, tal como ela nos é apresentada no NT, não ousou usar a palavra divisão. Na verdade o que aqui se nos apresenta é um dos melhores exemplos da unidade **na** diversidade. Em cada uma dessas igrejas particulares a *Una Sancta*, a Igreja de Cristo, única e una, estava presente, e todos se sentiam ligados "como membros do mesmo corpo".

Aquilo a que chamarei a primeira divisão da Igreja, dá-se com o surgimento das Antigas Igrejas Ortodoxas (Cf. Apêndice C) no final do livro por não poderem aceitar as decisões do Concílio de Calcedónia (451) contra o monofisitismo, ainda que muitas delas não se considerem monofisitas.

A segunda grande divisão dá-se no séc. XI, em 1054 (Após um longo período de relações tensas, o cardeal Humbert, enviado do papa, deposita a bula da excomunhão no altar da igreja de Santa Sofia no dia 16 de Julho de 1054. Esta bula viria a ser mandada queimar pelo imperador Constantino IX, após tentar, em vão, reconciliar as duas partes. E, finalmente, como medida de retaliação, um sínodo em Constantinopla excomunga o cardeal Humbert e todos os seus associados), com o chamado Grande Cisma (Não lhe chamarei nem do Ocidente nem do Oriente, por pensar que subjacente a qualquer deste nomes está sempre um juízo de valor que implica um culpado. Ora eu creio que tanto Roma como Constantinopla são igualmente responsáveis) e que vai dar origem às Igrejas Ortodoxas Orientais.

A terceira grande ruptura dá-se com o movimento da Reforma, no séc. XVI, cuja figura emblemática é Martinho Lutero. Antes desta data existem uma série de movimentos centrífugos da igreja romana, os chamados "movimentos da pré-Reforma", dos quais saliento os Albigeneses, os Cátaros, os Hussitas, os Lolardos e os Valdenses.

Mas a reforma alemã de Lutero, a quem nunca passou pela ideia a criação de qualquer nova igreja, não daria só lugar a uma igreja mais! Os reformadores sucedem-se: Zuínglio, Calvino, Bucer, Farel, Knox, Bullinger, Melancton e outros.

Entretanto surge, no reinado de Henrique VIII, a Igreja de Inglaterra ou Anglicana. Não se lhe pode chamar uma igreja reformada no sentido que damos a esta palavra quando a aplicamos às igrejas suíças, alemãs, holandesas e mesmo à Igreja da Escócia (presbiteriana). Este rei, a quem o papa tinha atribuído o título de *Fidei Defensor* (Defensor da Fé), por razões pessoais (anulação do seu casamento) e que pouco tinham a ver com a doutrina, fez-se Chefe da Igreja de Inglaterra ao promulgar, em 1532, o Acto de Supremacia.

De então para cá, as "grandes divisões" acabaram, ficando assim constituídos os quatro grandes ramos da árvore cristã: Católicos romanos, Ortodoxos, Protestantes e Anglicanos. Mas, infelizmente, as "pequenas divisões" continuaram!

Cada um destes ramos viria a estar na origem de várias igrejas: Metodistas, Baptistas, Pentecostais, Adventistas, Velho-Católicas, Congregacionalistas, etc., etc., etc..

b) Unidade e uniformidade

Já acima falei da importância da formação ecuménica, a qual deve ser realizada a diversos níveis, envolvendo todo o povo de Deus, isto é, toda a Igreja. Sem essa formação, que passa também pela informação, corremos o risco de nunca compreender o que está verdadeiramente em causa no movimento ecuménico e, mais grave ainda, deturpar o seu sentido e finalidade.

Um dos erros mais comuns que tenho observado é o da confusão, e mesmo identificação, entre unidade e uniformidade. Na alínea seguinte deste capítulo, e ao introduzir o conceito de diversidade, estou certo que todos compreenderão o que pretendo dizer. Mas fiquemos de momento na relação entre unidade e uniformidade, se é que ela existe...

"Com o movimento ecuménico **todos seremos iguais** e não há razão para existirem igrejas diferentes!" Com estas, ou com outras frases semelhantes, fui confrontado várias vezes. O que não deixa de ser interessante é este argumento ser usado pelos "amigos" e pelos "inimigos" do ecumenismo. Os primeiros, certamente por má formação, os segundos pelo medo de perderem a sua identidade eclesiológica ou a sua "igrejinha".

"A confusão entre unidade e uniformidade", diz Oscar Cullmann numa das suas obras (*L'unité par la diversité*, Oscar Cullmann, Ed. du Cerf, Paris, 1986, 128 pág.), que citarei várias vezes no ponto seguinte, "conduz ao que chamamos "integrismo". Este desdenha, à sua maneira, a acção diversificada do Espírito Santo. Ele só consegue ver a obra do Espírito na sua própria Igreja e não noutra. É assim que os integristas *católicos* exigem o "retorno" dos outros "ao redil" da sua Igreja; os integristas *protestantes* - porque eles também existem - partem da ideia falsa que, depois do sec. XVI, o Espírito Santo retirou-se da Igreja que não aderiu à Reforma. Em consequência disto, eles só podem ver a unidade restaurada através da conversão dos católicos ao protestantismo. Nestes dois casos não poderemos falar mais de ecumenismo." (op. cit., pág. 22s.)

"Todos somos iguais!" Ora, se existe alguma coisa que defina o movimento ecuménico é exactamente o oposto deste tipo de afirmação. Nem na própria ICR, que se apresenta como a mais monolítica de todas as igrejas, existe uniformidade!

Para ilustrar esta questão, costumo dar o exemplo do que se passa com a minha família, e o mesmo se passará certamente com muitas outras. Faço parte de uma família bastante unida e essa unidade nunca foi posta em causa por muitos dos seus membros viverem a milhares de quilómetros de distância, exercerem actividades muito diferentes, ou pensarem política, religiosa e socialmente de modos bastante diferenciados. Existe no entanto algo que nos é comum: usamos o mesmo nome e corre-nos nas veias o mesmo sangue.

Sem pretender simplificar demasiado o que é complexo, penso que o exemplo acima dado se poderá aplicar à questão da unidade da *Una Sancta*, tendo em conta a pluralidade e multiformidade das igrejas que a integram. Não aceitamos nós um só Senhor, Jesus Cristo? Não temos nós um só nome, cristãos? Não somos todos baptizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo? Não serão estes elementos suficientemente fortes para garantirem a unidade na diversidade? Há quem pense que sim, mas... também há quem pense que não.

O movimento ecuménico seria muito mais simples, e até, talvez, não tivesse razão de existir, se todos fossemos iguais, como que "fotocópias" uns dos outros. Se isto assim fosse tudo seria mais monótono e mais pobre. A diversidade não é um perigo ou um mal. Ela constitui uma riqueza que deve ser positivamente utilizada e reconhecida para o benefício de todos.

"A uniformidade é um pecado contra o Espírito Santo. A grande fraqueza da cristandade consistiu em ter feito da riqueza da diversidade, que devia fundar precisamente a unidade, uma ocasião para a disputa e para a divisão. Querer combater hoje em dia esta divisão por meio da uniformidade ou por um ecumenismo de fusão, no qual cada igreja renunciasses ao seu dom mais valioso, ao próprio carisma, significaria expulsar o diabo por Belzebu." (in *Glaube im Prozess, Cristsein nach dem II Vatikanum* - Für Karl Rahner, E. Klinker e K. Wittstadt (Ed.), Herder, Friburgo-Basileia-Viena, 1984. A citação de O. Cullmann é tirada do artigo que escreveu para esta homenagem a K. Rahner sob o título "Unidade na diversidade à luz da hierarquia das verdades" e que foi traduzido para castelhano pelo Prof. Santiago del Cura e publicado pela revista "Diálogo Ecuménico" do Centro de Estudos Orientais e Ecuménicos "João XXIII", Salamanca, Tomo XXIV, 1989, nº 79, págs. 237-247)

c) Unidade *na* e *pela* diversidade

O tema desta alínea constitui aquilo que chamo o coração e a alma do ecumenismo e do diálogo ecuménico. O assunto é de tal modo importante que se me obrigassem a resumir tudo o que penso e creio ser a unidade da Igreja, não hesitaria em escolher este tema.

Como anteriormente afirmei, **a unidade da Igreja pouco ou nada tem a ver com a sua uniformidade, mas tem muito a ver com a sua diversidade**. Já há muitos anos que assim penso e a minha participação no movimento ecuménico sempre foi orientada por esta visão.

O pequeno, mas fundamental, livro que Oscar Cullmann escreveu em 1986, *L'unité par la diversité* (cf. nota 20), constituiu para mim uma grande alegria e um esteio onde me foi possível confirmar e apoiar, de um modo mais fundamentado, todas as conclusões a que então havia chegado. E elas consolidam-se cada vez mais.

Nesta sua obra, que provocou uma grande animação e muitas reacções no meio ecuménico (em 1992, aos noventa anos, o Prof. Cullmann responde a muitos dos que reagiram à sua obra de 1986, publicando um novo livro: *Les voies de l'unité chrétienne*, Ed. du Cerf, 1992, Paris, 104 pág.), o já idoso e ilustre Professor de Estrasburgo afirma que todo o projecto de unidade que tenha em vista uma fusão de igrejas é contrário à acção do Espírito Santo e apresenta como tese a criação de uma "comunidade de Igrejas autónomas" (Ao longo da obra e em palestras que lhe ouvi, Cullmann utiliza o termo *Comunidade com uma certa relutância e à falta de outro que melhor possa expressar o seu pensar. Muitas vezes, demonstrando esta dificuldade, ele utiliza os termos comunhão, associação, aliança, koinonia*).

"Combato a fusão, não porque a considere utópica - e ela é-o, em verdade -, mas porque me parece contrária à própria natureza de uma verdadeira unidade. O que proponho, é uma comunidade de Igrejas verdadeiramente autónomas *permanecendo* católicas, protestantes, ortodoxas, guardando os dons que o Espírito lhes conferiu, não para se fecharem sobre si mesmas, mas para formarem a *comunhão* de todos os que invocam o nome de Jesus Cristo." (op. cit., pág. 47)

Um outro aspecto que não se cansa de mencionar, bem apoiado teológica e bíblicamente nos seus estudos do Novo Testamento, em que provou ser mestre, diz que a unidade da Igreja constrói-se não *apesar* da sua diversidade mas sim *pela* (por meio de) e *na* sua diversidade.

Esta comunidade de igrejas da qual Cullmann nos fala não tem nada a ver com a criação de uma super-Igreja, mas sim com "o laço *indispensável* que exprima, precisamente, em cada Igreja particular a presença da Igreja una, corpo de Cristo. Cada Igreja deve ter consciência de representar o corpo de Cristo, mas saber ao mesmo tempo que cada uma das Igrejas irmãs representa, igualmente, esse mesmo corpo. É esta certeza que deve encorajar cada Igreja a formar com as outras uma comunhão, uma *koinonia*." (id., pág. 121)

N.A.: O tamanho dos círculos não pretende traduzir quaisquer dados estatísticos ou de proporcionalidade das igrejas mencionadas. Estas, por seu lado, não esgotam o número daquelas que fazem parte da *Una Sancta*.

A figura pretende ilustrar, ainda que de modo imperfeito, esta ideia da unidade da *Una Sancta* e *pela* diversidade das várias igrejas cristãs. Nela está consagrada a visão de Cullmann segundo a qual "os protestantes continuam protestantes, os ortodoxos ortodoxos e os católicos católicos, não para se fecharem nos seus limites, mas para realizarem uma *koinonia* de todos os cristãos, uma *comunhão* desejada por Cristo." (id.)

O ponto fundamental é que cada igreja se considere parte integrante da *Una Sancta* e reconheça em todas as outras essa mesma situação. Se assim for não há lugar para que qualquer igreja se identifique totalmente com a Igreja de Cristo, na sua extensão e na sua perfeição. Nenhuma Igreja particular é a Igreja de Cristo! Nenhuma delas pode ter esta pretensão e excluir assim todas as outras. Todas são pequenos círculos, maiores ou menores, dentro do grande círculo.

Usando as imagens paulinas, direi que todas as igrejas mais não são do que membros diferentes do mesmo corpo e que todas têm por missão e responsabilidade contribuir para o bem e unidade desse corpo. Nenhuma pode viver isoladamente ou pretender representar todo o corpo.

Num dos capítulos do livro que estou mencionando, Cullmann fala-nos, de modo mais profundo, desta realidade. Esse capítulo tem por título "Ecumenismo e Espírito Santo" (id., pág. 20 ss.) e aí se diz que sem o Espírito Santo nenhum ecumenismo é possível. Mas, ao criar a unidade (Pentecostes) o Espírito Santo cria sempre a diversidade. "Segundo a sua própria natureza, o Espírito Santo exerce uma ação *diversificante*. No entanto, esta ação não conduz à fragmentação. Cada membro do corpo executa a sua missão orientada para a unidade; o mesmo se passa com os membros da comunidade dos fiéis. É nesta diversidade que reside a riqueza da plenitude do Espírito Santo. Quem não respeitar esta riqueza e desejar a uniformidade peca contra o Espírito Santo. A própria uniformidade é um pecado contra o Espírito Santo." (id., pág. 21)

Ainda que muito mais houvesse para dizer sobre este assunto, creio que o essencial está dito. A diversidade de dons, de tradições, de línguas, de liturgias e mesmo de opiniões exegéticas ou doutrinárias, deve ser encarada como uma bênção e dádiva do Espírito e nunca como uma maldição ou algo de diabólico. É nessa diversidade, com ela, nela e por ela, que fortalecemos a unidade da Igreja. Esta diversidade não impede que todos juntos, unidos no e sob o mesmo Espírito, possamos proclamar "um só Senhor, uma só fé e um só baptismo" (Efés. 4: 5).

2.5. Conceitos de unidade cristã

Antes de enumerar alguns dos conceitos de unidade formulados, e tentados, nos últimos anos, gostaria de começar este capítulo com a declaração que as igrejas fizeram em Nova Deli (1961), no decorrer da 3ª Assembleia do CMI e que, em meu entender, constitui o primeiro conceito de unidade formulado e aceito pelas igrejas.

"É chegado o momento", disseram os delegados das igrejas aí reunidas, "de expressar mais claramente a natureza do nosso fim comum... a visão de uma Igreja que se tem apresentado como a inspiração para o nosso projecto ecuménico". Depois disseram o que alguém considerou a mais longa e crucial frase jamais escrita na história da Igreja:

"Cremos que a unidade, que é simultaneamente dom e vontade de Deus para a Igreja, se torna visível quando todos em cada lugar, que são batizados em Jesus Cristo e O confessam como Senhor e Salvador, são reunidos pelo Espírito Santo numa plena comunhão (fellowship) comprometida, sustentada numa só fé apostólica, pregando o único evangelho, partindo o mesmo pão, unidos na oração comum e tendo uma vida conjunta no testemunho e serviço a todos, e que, ao mesmo tempo, estão unidos no todo da comunidade fraternal (fellowship) cristã de todos os tempos e de todos os lugares, com tal sabedoria que ministros e membros são aceitos por todos, e na qual todos podem agir e falar em conjunto, segundo as necessidades ocasionais, da missão para a qual Deus chama o seu povo."

Esta declaração de Nova Deli exige uma unidade visível, cuja forma é manifestada "em cada lugar" e "em todos os lugares e épocas". Por outras palavras, a autêntica unidade da Igreja é tanto local como universal, é tanto de hoje como do passado.

a) Unidade orgânica

A unidade orgânica é o modelo de há muito privilegiado pelo movimento Fé e Ordem e permanece ainda como a opção mais viável para muitos. Ultimamente, porém, tem sido objecto de grande contestação por parte de alguns teólogos da libertação e de algumas Famílias Confessionais. Esta atitude é devida, em grande medida, a infelizes caricaturas que se fizeram desta forma de unidade. Outros também viram nela uma imagem monocromática e estática.

A unidade orgânica não é, primariamente, uma união organizacional, ou um descolorido compromisso teológico, ou a utilização de tradições variadas sob uma mentalidade monolítica. Os que estão abertos ao diálogo estão conscientes que a união orgânica é um modelo dinâmico e que tem a flexibilidade suficiente para se adaptar a situações culturais e eclesiológicas diferentes, como o têm provado alguns exemplos já consumados.

Qual é então, e mais concretamente, a essência da unidade orgânica? Em termos genéricos, ela pode ser descrita como um compromisso e um novo estado de ser, muito semelhante ao que se passa no casamento, pelo qual igrejas anteriormente separadas se juntam na fé, na adoração, na vida sacramental, no ministério e na missão. As condições necessárias para a unidade orgânica, incluem:

" Uma base comum de fé; um nome comum; compromisso total para com a outra parte, incluindo a disponibilidade de abandonar a identidade própria; possibilidade de tomar decisões em conjunto e de cumprirem juntamente o mandato missionário segundo as circunstâncias o requeiram". (in Notes from the Limuru Conference, 1970, Mid-Stream: an Ecumenical Journal, Vol. IX, No. 2-3, 1971, pag. 13-33)

Podemos adicionar uma outra lista de características que identificam a natureza da unidade proporcionada através da união orgânica:

- 1) É um modelo que procura juntar todos os aspectos da vida e da missão da igreja "numa comunidade fraternal plenamente comprometida";
- 2) A união orgânica baseia-se na descoberta de uma forma que traduza a unidade-na-diversidade e no alcançar de uma comunidade na qual a unidade e a comunhão sejam vividas;
- 3) Apesar de não propor uma união de política ou orientação de trabalho, ou a amálgama de todas as organizações eclesiais, a união orgânica dá uma grande importância a uma estrutura e ordem comuns;
- 4) A união orgânica é um passo que tem um preço elevado, uma vez que as igrejas nela envolvidas terão de renunciar às suas identidades confessionais e denominacionais em benefício da unidade do novo corpo. Como a Assembleia de Nova Deli o exprime: "O alcançar a unidade (orgânica) implica nada menos do que a morte ou o renascimento das muitas formas de vida de igreja como as temos conhecido. cremos que este é o preço mínimo que teremos de pagar". Neste comprometimento, a união orgânica não nega, de modo algum, os dons espirituais que nos chegaram através das diferentes tradições; só a rejeição do seu aspecto separatista é desejada.
- 5) Finalmente, a forma da unidade da igreja alcançada pela união orgânica destina-se a servir como um símbolo visível da unidade da humanidade num contexto particular.

b) Unidade na diversidade reconciliada

Este modelo de unidade foi elaborado a partir de um certo renascimento das grandes Famílias Confessionais ou, como hoje se chamam, Comunhões Cristãs Mundiais. A Comissão de Fé e Ordem convidou estas organizações a reflectirem sobre a sua identidade eclesial e a "clarificarem o seu entendimento sobre a questão da unidade". O modelo resultante de "diversidade reconciliada" surgiu das experiências dos diálogos bilaterais internacionais e tornou-se um dos modelos da discussão ecuménica.

Este modelo, tal como o da comunhão conciliar ou da união orgânica, parte do princípio que os elementos constitutivos da plena unidade da igreja são a aceitação de uma só fé apostólica, comunhão no baptismo e na eucaristia e reconhecimento mútuo dos ministérios ordenados. O que é diferente é a compreensão do que constitui a divisão da igreja e qual o papel ecuménico das heranças e identidades denominacionais e confessionais, tais como as luteranas, reformadas, católico-romanas, anglicanas, metodistas, baptistas, pentecostais e outras, como formas e expressões legítimas da diversidade da Igreja de Cristo.

Estas formas da fé cristã têm um grande valor e a sua variedade constitui uma riqueza que não se pode perder na igreja unida. Como Harding Meyer diz: "A unidade da Igreja na sua forma enriquecida e global pode ser alcançada mesmo quando estas peculiaridades, identidades e tradições confessionais forem mantidas." (in *The unity of the Church: requirements and structure*, LWF Report No. 15, Geneva, 1983, pag. 9)

c) Comunhão de comunhões

De algum modo este modelo é uma variação da "diversidade reconciliada", mas por outro lado ao expressar mais a profundidade da unidade em Cristo ele está mais em sintonia com a "união orgânica" e a "comunhão conciliar". Um dos valores que lhe tem sido atribuído reside na

facto de provir da reflexão teológica no seio da Igreja Católica romana. Nas vésperas do Vaticano II, Fr. Bernard Lambert propôs que a futura eclesiologia ecuménica se concentrasse nas "tipologias da forma de união", que representam as diferentes tradições mediante as quais o evangelho de Jesus Cristo tem sido recebido. Emmanuel Lanne, OSB, membro da Comissão de Fé e Ordem, desenvolveu um pouco este modelo ao afirmar: "É claro que temos de tentar descobrir em conjunto de que modo e em que medida Deus deseja que a unidade da sua Igreja se expresse também em diversidade e pluralismo numa única comunhão de fé e na vida da igreja." (in *Plurarium and Unity...*, *One in Christ*, Vol. VI, No. 2, 1970, pag. 430-451)

d) Unidade na solidariedade

Este novo modelo de unidade chegou ultimamente à cena ecuménica oriundo primariamente da experiência dos teólogos e das igrejas da América Latina. Um dos seus animadores e aquele que articulou dinamicamente as suas implicações é Jon Sobrino, jesuíta e professor de teologia em El Salvador. Para Sobrino unidade e catolicidade significa "co-responsabilidade entre as igrejas locais", um dar e receber mútuos, um suportar as cargas uns dos outros. Todo este processo deve-se aplicar às diversas áreas da vida da igreja: liturgia, relações pastorais e prática de fé. Tal relação dinâmica nunca é vivida somente no sentido formal ou abstracto, mas deve ser sempre praticada de modo concreto e em situações específicas. Ela deve ser a "resposta à vontade de Deus respeitante à vida e à morte dos seres humanos" e também na manifestação da solidariedade entre as igrejas.

O âmago deste modelo não é o da relação entre as diferentes confissões, mas sim o da sua solidariedade comum, o do seu sofrimento com e ao lado dos pobres. A divisão fundamental da humanidade, de acordo com este modelo, é a alienação entre os ricos e os pobres, entre os oprimidos e os opressores. De modo paralelo, a mais profunda linha divisória entre os cristãos não é, portanto, entre as diferentes famílias confessionais. O escândalo da igreja dividida não é mais o da divisão entre as igrejas ou tipos de tradição, mas entre "as diferentes maneiras de viver a fé de um modo cristão e eclesial, e esta divisão está presente nas diversas confissões" (in *Theology of Christian Solidarity*, Maryknoll, NY, Orbis Books, 1985, pag. 28). A essência desta divisão não está no contraste entre as formulações de fé ou as ordens do ministério. A divisão escandalosa é entre os que vivem e os que morrem.

e) Unidade na comunhão conciliar

Esta forma como modelo de unidade surge como um desenvolvimento da união orgânica. Contém os elementos essenciais reconhecidos pela maioria das igrejas como indispensáveis à unidade visível da Igreja: o reconhecimento mútuo da plenitude da catolicidade das outras igrejas, testemunho comum da mesma fé apostólica, partilha mútua do baptismo e da eucaristia, reconhecimento mútuo dos membros e ministros das outras igrejas e missão e serviço em conjunto no mundo.

O ponto central deste modelo está na compreensão da unidade como unidade das "igrejas locais" que se encontram "verdadeiramente unidas". Uma das características deste modelo é a sua natureza transconfessional, isto é, ele propõe uma união entre as congregações e as igrejas locais que se encontravam divididas e uma reconciliação entre a valiosa diversidade das denominações e confissões anteriormente separadas.

Além disto, o modelo da comunhão conciliar espera a realização de reuniões conciliares representativas e estruturas comuns de decisão, que servirão como manifestações da unidade visível. Este processo já foi descrito como "um genuíno concílio universal", semelhante aos antigos concílios ecuménicos, através do qual a igreja dos nossos dias pode fazer decisões

comuns acerca da sua fé e missão. Finalmente esta visão da Igreja una como uma comunhão conciliar é uma expressão da participação de todo o povo de Deus, a partir das suas muitas origens culturais, raciais e nacionais. Ao assegurar a participação de todos os cristãos, especialmente dos que têm sido marginalizados pelo racismo, pela pobreza ou por outras formas de exclusão, este modelo de unidade é uma expressão da catolicidade.

6. Missão e Evangelização no movimento ecuménico

a) "Para que o mundo creia..."

É muito difícil falar ou escrever sobre a unidade da Igreja sem mencionar o texto bíblico do Evangelho de João 17:21: "Pai, que eles sejam um, como tu o és em mim e eu em ti". Mas este versículo não termina aqui. Ele inclui uma frase final, quase que como justificativa do que vem antes: "para que o mundo creia que tu me enviaste".

"Para que o mundo creia..." é a consumação da missão que nos foi entregue pelo Senhor. Entregue a toda a Igreja e a todas as igrejas. Entregue ao Povo de Deus. Entregue não só aos Apóstolos, aos que ouviram o Senhor orar nesse momento, mas também "a todos os que vierem a crer" (Jo. 17: 20). A missão que à Igreja foi confiada é para ser desenvolvida por todo e qualquer cristão, homem ou mulher, rico ou pobre, sábio ou ignorante, preto ou branco, patrão ou empregado. Não é exclusivo de hierarcas ou teólogos. Não é monopólio de nenhuma igreja particular. Agir em nome de Cristo, partilhar o Evangelho, anunciar a Boa Nova "aos pobres e cativos" é tarefa de todos, sem excepção.

Missão e Evangelização são acções que se devem desenvolver ecumenicamente e nunca contra ninguém (cf. *La Mission et l'Évangélisation, affirmation oecuménique*, COE, Genève, 1982). O Evangelho de Jesus Cristo abarca um espaço infinitamente maior do que o da "minha igreja". O seu conteúdo de amor e perdão não é compatível com qualquer espírito sectário ou proselitista.

As igrejas têm de compreender e aceitar, de uma vez por todas, que só num espírito de unidade, uns com os outros e todos com e em Cristo, pode a Palavra anunciada ter a credibilidade e poder necessários *para que o mundo creia*.

Passo a citar alguns textos, de fontes diversificadas, que me parecem ajudar a compreender a necessidade desse testemunho conjunto que as igrejas são chamadas a dar nas sociedades em que se inserem. Assim:

"A missão cristã mundial é de Cristo e não nossa. Antes de todos os nossos esforços e actividades, antes dos nossos dons de serviço e devoção, Deus enviou o seu Filho ao mundo. E Ele veio como um servo, um servo que sofreu até à morte de cruz.

...

Mas, contudo, não deixamos de ser companheiros com Cristo no trabalho da sua missão.. Isto deve ser motivo de humildade e não de orgulho. Porque é Ele quem nos confia a *sua* missão (cf. Mat. 28: 20). Não em nosso nome, nem em nome da nossa igreja, ou cultura. Cristo manda-nos realizar a sua missão à sua maneira, a maneira de um servo, e um servo cujas características são a humildade e o sofrimento.

...

Procurar, em primeiro lugar, salvaguardar os interesses, as actividades e a esfera de influência e acção da nossa igreja, da nossa confissão, significa, em última análise, negar a missão e negarmo-nos a ser servos... Iguamente incompatível com esta chamada é a decisão de pregarmos o Evangelho numa determinada área, sem tomarmos em consideração a presença de outros cristãos na mesma área. Não favorecemos a causa do Evangelho se ignoramos os que também invocam o nome de Cristo. A liberdade na obediência à missão do Evangelho não é sinónimo de liberdade para negar a comunhão fraterna, mas sim liberdade para servi-la.

...

Muito para lá da complexidade das relações intereclesiais, da protecção das organizações existentes, de toda a desconfiança mútua, para além do orgulho baseado na quantidade ou no tamanho, é Ele quem nos chama e nos envia. Ultrapassando as fronteiras das igrejas, a esfera limitada das relações intereclesiais, superando o nosso próprio enfeudamento para novamente receber Dele a sua luz, comprometendo-nos de uma maneira nova e efectiva uns com os outros, para alcançar o mundo, no qual Ele é o Rei Oculto, e também o dia em que Ele reinará abertamente. Esta é a meta para a qual caminha a missão cristã." (in Declaração da Assembleia do Conselho Missionário Internacional, Gana, 1958)

"Proclamar a unidade da Igreja de Jesus Cristo e exortar as Igrejas a tornarem visível esta unidade numa só fé e numa só comunidade eucarística, com expressão no culto e na vida comum em Cristo, a fim de que o mundo creia." (in Objectivos da Comissão de Fé e Ordem, do Conselho Mundial de Igrejas (extraído da sua constituição)

"... unidos na esteira dos mártires, os crentes em Cristo não podem permanecer divididos. Se querem verdadeira e eficazmente fazer frente à tendência do mundo a tornar vão o mistério da Redenção, os cristãos devem *professar juntos a mesma verdade sobre a Cruz*". (in [Ut unum sint](#), Carta encíclica de João Paulo II, 1995, §1º)

b) O perigo dos "ismos"

O termo *cristianismo* parece não ter sido suficiente para abarcar toda a dimensão da Igreja cristã. Foi necessário, ao longo dos tempos, que esse vocábulo se subdividisse em muitos outros: *catolicismo*, *luteranismo*, *anglicanismo*, *metodismo*, *presbiterianismo*, etc..

O mal não reside nas palavras em si mesmas. O mal está no conteúdo e nas ideias que lhes estão subjacentes. Cada um destes *ismos* tem atrás de si uma história e acaba por representar um sistema. A história está quase sempre ligada a uma ruptura e o sistema a uma doutrina ou disciplina. Ora o que acontece, e aqui reside o aspecto negativo que pretendo realçar, é que essa história e esse sistema tendem muitas vezes a isolarem-se e a viverem por si e para si, esquecendo as suas origens e os outros que estão ao seu lado.

Quando o meu *presbiterianismo* esquece o *cristianismo* de onde proveio e se alheia do *catolicismo* ou do *metodismo* que vive ao seu lado, algo está errado. E este erro pode conduzir a consequências muito graves de entre as quais menciono, como a não menos importante, a do espírito sectário. E este espírito está mais difundido do que podemos pensar.

Isto que acabo de dizer não significa que tenha de abdicar da história, tradição ou dos princípios doutrinários da igreja a que pertença. Mas há uma coisa que não devo esquecer: a minha *igreja* não representa a totalidade da *Igreja* e o meu *ismo* não é o único.

No campo da missão, como acima referi, esta questão dos *ismos* é ainda mais grave. Lembremo aqui daquele apelo dramático feito por um irmão africano, creio que na Assembleia do CMI em Upsala, quando dizia: "Como representante de uma igreja jovem, estou grato a todos os missionários que as vossas igrejas ocidentais nos têm enviado ao longo dos anos. Existe, entretanto, um aspecto negativo que quero mencionar. Muitos desses missionários têm-nos pregado o *metodismo*, o *anglicanismo*, o *presbiterianismo* e o *catolicismo*. Bom seria que guardásseis esses *ismos* e nos enviassem alguém que nos anuncie somente a Cristo" (citado de memória por não ter encontrado a fonte escrita onde me lembro de ter lido este testemunho. Se as palavras não são as mesmas, o sentido está, no entanto, salvaguardado).

7. A Igreja Católica Romana e o movimento ecuménico

Já por mais de uma vez ouvi a pergunta: "Qual a razão pela qual a ICR não faz parte do movimento ecuménico?" A minha resposta tem sido sempre a mesma: a pergunta está mal feita e parte de um pressuposto errado! Por aquilo que me tem sido dado observar, as pessoas que levantam esse tipo de questão encontram-se, geralmente, enganadas quando confundem, ou identificam, o CMI com o movimento ecuménico. É certo e sabido que a ICR não é uma das igrejas membros do CMI, mas não se pode concluir daí que ela não participa no movimento ecuménico. Por outro lado, também não se pode identificar o CMI com o movimento ecuménico, do qual tem sido um instrumento precioso e quase que imprescindível, mas não mais do que isso.

E porque este contexto nos encoraja a explicar qual a razão porque a ICR não adere ao CMI direi, muito sinteticamente, que ela se deve, acima de tudo, à concepção da Igreja sustentada pelo catolicismo romano. Como diz N. Goodall, "o que impede a participação plena dos católicos nos organismos ecuménicos não romanos é a sua fidelidade a certos pressupostos teológicos sem os quais Roma deixaria de ser o que é". (in *El Movimiento Ecuménico*, Ed. La Aurora, B.A., 1970, pág. 167. N.A.- Estou certo que Goodall não escreveria hoje o mesmo que escreveu no seu original de 1961 (antes do Vaticano II). A questão de fundo não se alterou substancial e formalmente por parte da ICR, mas a sua participação, como membros de pleno direito, em muitos Conselhos de Igrejas, nacionais e regionais, é hoje um facto bastante generalizado.)

a) Antes do Concílio Vaticano II

Em 1910, não terá passado pela cabeça dos organizadores da Conferência de Edimburgo fazer um convite ao Vaticano, nem sequer, provavelmente, informar da sua reunião. Mais tarde, no processo da organização da Conferência de Lausana (1927), foram dirigidos convites em 1919 e 1926. A resposta foi sempre negativa e na carta do Santo Ofício, de 1927, é referido um decreto de 1919 que proíbe os católicos romanos de participarem no movimento ecuménico. Esta proibição é formalmente inserida na encíclica *Mortalium Animos*, 1928. Nessa encíclica diz-se que o movimento ecuménico considera a ICR como uma das comunidades da Igreja de Cristo e não reconhece que a *Una Sancta*, à qual ele aspira, existe já visivelmente na ICR.

Por ocasião da 1ª Assembleia do CMI, em Amsterdão, 1948, e apesar de terem sido enviados alguns convites, o Santo Ofício, quase nas vésperas da Assembleia publicou um *monitum* que dizia explicitamente que nenhuma autorização seria dada a qualquer membro da ICR para participar na Assembleia, mesmo que o fizesse a título de observador. Esse mesmo *monitum* de 1948 proibia a participação em todo e qualquer congresso ecuménico e a organização de encontros com os protestantes. Nele se dizia que, tanto para sacerdotes como para leigos, era interdito participar nos serviços religiosos fora da ICR.

Dois anos mais tarde, em 1950, e talvez devido ao relativo sucesso alcançado pela Assembleia de 1948, o Santo Ofício publica a instrução *Ecclesia catholica*, que marca um ponto de viragem no que diz respeito à participação da ICR no movimento ecuménico. Não vou aqui analisar o conteúdo de todo esse documento e ainda que não possa aceitar o que nele se diz, não poderei deixar de o considerar um grande passo em frente, se tivermos em consideração o que era afirmado dois anos antes. Nele se afirma ser urgente o retorno de todos os cristãos à ICR e é levantada a proibição dos encontros entre os católicos romanos e os outros cristãos, ainda que com prévia autorização. A oração do "Pai Nosso" em comum passa a ser autorizada.

Apesar de todas estas dificuldades, um bom número de teólogos católicos romanos começa a comprometer-se cada vez mais com o movimento ecuménico. São os beneditinos da Abadia de Chévetogne (Bélgica) que publicam a revista *Irenikon*, voltada para o cristianismo oriental, os dominicanos do Centro Istina, em Paris, que lançam o seu boletim *Vers l'unité chrétienne*, o grupo de Dombes (França) em torno do abade Couturier e do padre Villain, o dominicano Yves Congar que publica em 1937 *Chrétiens désunis: principes d'un oecuménisme catholique*, obra revolucionária para a época. Mesmo em Roma, o jesuíta Charles Boyer reúne à sua volta um grupo de padres com o qual começa a publicar a revista *Unitas*.

Em 1952 é fundada por monsenhor Willebrands, a "Conferência Internacional Católica para as Questões Ecuménicas", na qual se integram os especialistas do ecumenismo e funciona como coordenadora dos seus trabalhos. Em 1960, o papa João XXIII criou o *Secretariado para a Unidade dos Cristãos* (Este Secretariado, hoje Conselho Pontifício para a Unidade dos Cristãos, foi criado pelo motu próprio *Superno Dei Nutu* e nele João XXIII explica a sua finalidade: "A fim de mostrar ainda o Nosso amor e benevolência àqueles que têm o nome de cristãos mas se encontram separados desta Sé Apostólica, para que também eles possam seguir os trabalhos do Concílio e mais facilmente encontrarem o caminho para se chegar àquela unidade pela qual Jesus Cristo dirigiu ao Pai do céu oração tão fervorosa...") de que foi primeiro presidente o cardeal A. Bea, e pouco antes (25.1.59) o mesmo pontífice manifestou, ao Colégio dos Cardeais, o seu desejo de convocar um Concílio Ecuménico (Esta notícia aparece de modo modesto, e sem título, ainda que na primeira página, no *L'Osservatore Romano* de 26-27 de Janeiro de 1959. O texto oficial só é publicado em 27.2.59 nas AAS (Actas da Sé Apostólica). Os anos que se seguiram caracterizaram-se por uma intensa actividade ecuménica, desconhecida do grande público, mas que foi muito importante no período pré-conciliar e haveria de dar os seus frutos no próprio Concílio Vaticano II.

A Semana Universal de Oração pela Unidade dos Cristãos, uma das mais antigas e permanentes expressões do chamado "ecumenismo espiritual", foi proposta em 1908 pelo sacerdote anglicano (convertido ao catolicismo pouco tempo depois) Paul Watson ao lançar a ideia de um "oitavário de oração pela unidade da Igreja", que deveria ter lugar entre as festas de S. Pedro (18 de Janeiro) e S. Paulo (25 de Janeiro). O seu objectivo inicial era o de interceder pela volta de todos os cristãos a Roma. O papa Pio X concede a sua bênção a esta iniciativa e Benedito XV estende a celebração deste oitavário a toda a ICR.

Ainda que alguns anglicanos e ortodoxos se tenham juntado aos católicos romanos nesta semana de oração, a intenção do retorno a Roma suscitou sérias dificuldades para a generalidades dos restantes cristãos.

Este facto esteve na base de uma iniciativa do abade Couturier, de Lião, ao considerar que "actualmente a oração é a única forma de união possível" e persuadido de que a oração em comum dos simples fiéis era tão importante como o diálogo teológico a alto nível, procura uma nova intenção deste oitavário que fosse aceitável por todos, católicos romanos ou não, e não ferisse as fidelidades confessionais de cada um. Neste sentido propõe, em 1935, uma "Semana Universal de Oração pela Unidade", que pusesse de lado a questão do retorno dos "irmãos separados" e na qual cada um pudesse orar pela "unidade que Cristo quer e pelos meios que Ele quer". (Desde 1926 que o movimento de "Fé e Ordem", envolvendo protestantes, anglicanos e ortodoxos, vinha publicando as "Sugestões para um Oitavário de Oração pela Unidade dos Cristãos", então celebrado no tempo de Pentecostes.)

A partir de 1957, um texto comum da Semana de Oração começa a ser divulgado, após ter sido elaborado conjuntamente pela Comissão de F&O (CMI) e pela Agência Ecuménica "Unidade Cristã" (ICR) de Lião. Só a partir de 1966 a Semana de Oração pela Unidade Cristã passa a ser um projecto comum, formal, da Comissão de Fé e Ordem e do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade Cristã (antes Secretariado) do Vaticano.

A partir dessa data o texto para cada ano é elaborado por uma equipa internacional de liturgistas, biblistas, teólogos, sacerdotes e pastores, das mais variadas confissões, que trabalham sobre um texto preparado por um grupo ecuménico local (Em 1996, o primeiro projecto para o texto da Semana de Oração foi elaborado por uma equipa ecuménica sob a responsabilidade da Comissão da Doutrina da Fé (da Conferência Episcopal Portuguesa) e do Conselho Português das Igrejas Cristãs (COPIC). O tema geral desse ano foi: "Eis que estou à porta e chamo"(Apoc. 3: 14-20). Hoje a Semana de Oração tem a participação de muitos milhões de cristãos e é observada em mais de 80 países.

b) O Concílio Vaticano II

"Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica empenhou-se, *de modo irreversível*, a percorrer o caminho da demanda ecuménica, ficando assim à escuta do Espírito, que ensina à leitura atenta dos "sinais dos tempos" (in [Ut unum sint](#), encíclica de João Paulo II, § 3).

Esta leitura que João Paulo II faz do Vaticano II, trinta anos após a sua realização, vem justificar, de certo modo, as esperanças que muitos depositavam nos resultados do mesmo. Mesmo para alguém, como eu, que vive a Igreja fora dos círculos da ICR, é notória a reforma e renovação que se operou na ICR após o Concílio.

Sobre o documento que mais nos importa considerar, o Decreto sobre o Ecumenismo ou, como é conhecido nos meios mais académicos, o [Unitatis Redintegratio](#) (*UR*), devo dizer que ficou aquém das minhas expectativas. É certo que ele se enquadra num contexto marcado pelo "ecumenismo do retorno", tanto nos círculos católicos como, por motivos diametralmente opostos, nos meios mais fundamentalistas evangélicos. (Num discurso feito por João XXIII em 14.2.60, pode ler-se: "...se os irmãos que se separaram e que estão também divididos entre si quiserem concretizar o comum desejo da unidade, poderemos dizer-lhes com vivo afecto: Esta é a vossa casa, esta é a casa de todos os que levam o sinal de Cristo". Dois anos depois, no dia 8.3.62, na alocução em Santa Sabina, João XXIII exprime-se no mesmo estilo, e espera ansiosamente o dia em que, após o Concílio, poderá dizer aos irmãos separados: "Eis que se realizou o nosso desejo de restauração, de adaptação às novas circunstâncias do mundo, em fidelidade ao testamento do Senhor. Esta é a nossa, a vossa casa, a antiga casa comum aos vossos, aos nossos pais. Venite. Venite!" Do lado conservador e anti-ecuménico evangélico, cito a título de exemplo, a resolução elaborada pela Confederação das Igrejas Evangélicas Fundamentalistas e aprovada pela sua Assembleia reunida em S. Paulo de 31.10 a 2.11 de 1962, sob o título Atitude em relação ao Concílio Vaticano II. Após uma longa série de considerandos (nada menos de dezassete!) a Assembleia resolve: «Alertar todos os crentes evangélicos do Brasil, quanto ao perigo sutil da propaganda relacionada com o Concílio Vaticano II, que consideramos uma "Contra-Reforma", em sua tática disfarçada, e apelamos para a consciência de todos êsses crentes, no sentido de se separarem de toda a solidariedade e de toda a relação eclesiástica que os possam aproximar de Roma, seja por meio do Concílio Mundial de Igrejas, seja diretamente.» (ortografia original)

Como o primeiro e grande documento que a ICR elaborava para a guiar no movimento ecuménico e tendo em conta o tipo de relações ecuménicas que já se vivia no seio do CMI, o *UR* constituiu uma certa desilusão. Esperava-se mais de um documento que, por ser normativo, iria marcar a actuação da ICR durante muitos anos. Ele ainda hoje constitui um ponto de referência obrigatório para os ecumenistas católico-romanos e, para os outros, nunca pode ser ignorado.

Uma das coisas, talvez a mais importante no que se refere à unidade da Igreja, que se aguardava no texto do Decreto era que se dissesse que a Igreja de Cristo constitui um espaço mais amplo e mais abrangente do que a própria ICR. A identificação da *Una Sancta* com a ICR continua, ainda hoje, a ser a grande "pedra de tropeço" nas relações ecuménicas. O Concílio na sua generalidade e o Decreto sobre o Ecumenismo, em particular, em nada alteraram esta situação.

É certo que se utiliza pela primeira vez a palavra *Igrejas* (no plural!), ainda que não se defina quais são, e esta palavra está quase sempre associada à expressão *Comunidades Eclesiais*.

(Na secção sobre "Textos ecuménicos fundamentais" terei a oportunidade de citar alguns artigos deste Decreto. Gostaria igualmente de mencionar outros documentos aprovados pelo Concílio e que, pelas implicações ecuménicas que contêm, não podem cair no esquecimento. Estão neste caso a Constituição dogmática sobre a Igreja ([Lumen gentium](#)), a Constituição sobre a sagrada liturgia (Sacrosanctum Concilium), o Decreto sobre a actividade missionária da Igreja (Ad gentes), a Declaração sobre a Liberdade Religiosa (Dignitatis humanae) e a Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs (Nostra aetate).)

c) Do Vaticano II até o presente

Para além da sua participação cada vez mais activa e empenhada no movimento ecuménico, a ICR tem sobretudo tentado implementar as grandes resoluções do Concílio a nível de todas as suas Conferências Episcopais espalhadas pelo mundo. Não é trabalho fácil e passados mais de trinta anos pode-se afirmar estar ainda muito longe de ter sido alcançado. Se alguma dúvida disto nos restar, basta-nos comparar o que os textos conciliares dizem, e outros que lhes têm sido acrescentados, com a prática da ICR num país como o nosso. A situação muito diferenciada em que o catolicismo vive em diferentes países e regiões do mundo, não tem facilitado esta missão.

Dos textos publicados posteriormente ao Concílio, têm relevância particular os chamados *Directórios Ecuménicos*, o primeiro dos quais foi publicado em 1967 (parte I) e 1970 (parte II) e o segundo, e último, em 1993.

Estes *Directórios*, muito baseados, como não podia deixar de ser, nos textos conciliares e particularmente no *UR*, funcionam como os guias da acção prática do crente católico romano no movimento ecuménico. Como se tratam de textos relativamente pequenos e de fácil compreensão, eles deveriam fazer parte de toda a "biblioteca básica" ecuménica.

Ainda que não esteja de acordo com muito do que neles se contém, gostaria no entanto que a ICR em Portugal os utilizasse mais na prática, não só dentro de si própria como nas suas relações com as outras igrejas irmãs. Por outro lado, seria de toda a utilidade e conveniência, e mesmo urgência, que as igrejas do COPIC, e outras, pudessem elaborar o seu próprio Directório, não só para uma acção mais coordenada mas também para que os nossos irmãos da ICR soubessem quais os passos e orientações que do lado não católico romano são possíveis de ser dados.

Em Novembro de 1994 é publicada pelo actual papa a carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente* sobre a preparação para o Jubileu do ano 2000. Na parte final desta carta pode-se ler mais um desafio ecuménico que o Papa lança, o qual poderá ter repercussões práticas a nível local, nacional ou mesmo mundial. Cito do § 55:

" A dimensão ecuménica e universal do Jubileu Sagrado poderá oportunamente ser evidenciada com um significativo *encontro pan-cristão* (Em itálico no original). Trata-se de um gesto de grande valor e por isso, para evitar equívocos, terá de ser proposto correctamente e preparado com solicitude, em atitude de fraterna colaboração com os cristãos de outras confissões e tradições, e ainda de grata abertura àquelas religiões cujos representantes queiram exprimir a sua consideração pela alegria comum de todos os discípulos de Cristo. Uma coisa é certa: cada um é convidado a fazer tudo quanto esteja ao seu alcance para que não fique descurado o grande desafio do ano 2000, ao qual está seguramente ligada uma particular graça do Senhor para a Igreja e para a humanidade inteira."

A realização prática de um encontro deste tipo seria, no meu ponto de vista, mais uma ocasião que os cristãos das diferentes igrejas encontrariam para que fosse manifestada a visibilidade da nossa unidade em Cristo. Penso serem gestos como estes, por pequenos que sejam, e parecendo desprovidos de valor, momentos muitos válidos da nossa caminhada ecuménica e

ocasiões, que não superabundam na nossa prática quotidiana, onde nos podemos encontrar como família do mesmo Pai, sentindo-nos, deste modo, mais irmãos e irmãs uns dos outros.

Na encíclica de João Paulo II, *Ut unum sint* (*Apelo à unidade dos Cristãos*), publicada em Maio de 1995, estamos na presença de mais um dos seus documentos com dimensão ecuménica, não pelo muito de novo que nele se contém, mas pelo desafio que lança ao pedir às igrejas a sua participação num debate sobre a *forma* (Sublinho a palavra "forma" pois o contexto em que ela se encontra diz muito claramente que esta possível mudança de forma não pode "renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão", limitando assim o debate à forma mas não à essência do primado) do exercício do primado de modo a que este se abra a uma nova situação. Sobre este assunto, diz o Papa:

"O Espírito Santo nos dê a sua luz, e ilumine todos os pastores e os teólogos das nossas Igrejas, para que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros". (in *Ut unum sint*, n° 95, citando uma homilia feita na Basílica Vaticana na presença de Dimitrios I, arcebispo de Constantinopla e patriarca Ecuménico (6 de Dezembro de 1987), 3: AAS 80 (1988), 714.)

De não menos importância são os inúmeros encontros em que a ICR está envolvida no contexto dos diálogos bilaterais. Basta-me enumerar a lista para que o leitor disso se dê conta: igrejas Ortodoxas, Comunhão Anglicana, Federação Luterana Mundial, Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, Conselho Mundial Metodista, Discípulos de Cristo, Aliança Baptista Mundial, Movimentos Pentecostais, Igrejas Evangélicas, etc..

Ao terminar estas notas sumárias sobre o que foi acontecendo nos últimos decénios na vida da ICR, cito, e faço votos para que assim aconteça, algumas das palavras que João Paulo II escreveu na introdução à *Ut unum sint* : "Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica empenhou-se, *de modo irreversível* (Em itálico no original), a percorrer o caminho da demanda ecuménica, ficando assim à escuta do Espírito do Senhor, que ensina a leitura atenta dos "sinais dos tempos".

8. Diálogo ecumênico: tipos e níveis

Demos um pouco de atenção a esta palavra chave do movimento ecumênico: *diálogo*. É praticamente impossível falar-se de ecumenismo sem nos referirmos ao diálogo.

O diálogo hoje já não tem um sentido tão abrangente como o teve no tempo dos pioneiros ecumênicos ou mesmo há duas ou três décadas. Hoje ele passa por uma certa especialização e começa a ser muito mais específico e já não constitui surpresa para ninguém, começar-se a ouvir falar dos diálogos intereclesialístico, interdenominacional, interconfessional, interreligioso, interparoquial, bem como dos diálogos bilateral e multilateral. E ainda podíamos ir mais longe se a esta lista, e para além do prefixo *inter-*, lhe acrescentássemos o *intra-*, o qual corresponde a uma outra dimensão, também importante e real. Cada um destes tipos de diálogo começa a ter um significado muito preciso e técnico que não se pode deixar de ter em devida conta.

Todas estas formas de diálogo têm-se desenrolado a diversos níveis, desde o local até o mundial, contando com a participação de muitas e variadas pessoas, desde os grandes teólogos e peritos oficialmente credenciados pelas suas igrejas, passando pelos responsáveis de comunidades e paróquias e chegando a envolver muitos dos leigos a nível local. E isto porque o diálogo pode, e deve, acontecer em todos estes níveis, não podendo muitas vezes ser impedido, nem mesmo controlado. Quem me pode, a mim, cristão presbiteriano, proibir de me sentar, mesmo à mesa de um café, e dialogar com um irmão católico romano sobre assuntos, que até podem ser doutrinários, referentes às nossas respectivas igrejas? Não se passa o mesmo, com uma certa naturalidade, no seio de tantas das nossas famílias, provenham elas ou não de casamentos mistos? E quem se atreve a dizer que estas simples conversas não são diálogos? E não são ecumênicas?

Dou estes exemplos, muitas vezes esquecidos, e que envolvem mais pessoas do que podemos pensar, por estar convencido da importância deste tipo de diálogo que, na sua humildade e quase clandestinidade, consegue juntar pessoas, sem qualquer formalismo ou mandato oficial, simplesmente com o desejo e finalidade de melhor se conhecerem, esclarecerem e aprenderem mutuamente. É muito provável, e até normal, que a este nível, fiquem muitas questões sem resposta e muitos assuntos que nem sequer são chamados como tema para a discussão. Mas mesmo assim não há razão para desânimos, se pensarmos que no chamado "diálogo ecumênico de cúpula", integrando grandes teólogos, peritos e figuras responsáveis das igrejas, isto também acontece!

O diálogo tem as suas regras e a sua ética!

Em primeiro lugar o diálogo só existe quando houver boa vontade, e vontade para isso, da parte dos interlocutores. Nada pior para estragar, ou mesmo impedir, um diálogo do que um, ou mais, dos interlocutores se sentir contrariado ou forçado a fazê-lo.

Em segundo lugar tem de existir um clima de confiança entre os participantes, isto é, não podem existir suspeitas mútuas. Aceitar, ou não, o que o outro diz, é uma coisa. Coisa diferente é duvidar do que ele diz.

Em terceiro lugar tem de haver um mínimo de preparação e conhecimento do ou dos temas que se vão debater (Cf. secções "[Conhece-te a ti mesmo](#)" e o "[Conhecimento do outro](#)", no capítulo 2.), e esse nível de preparação deve ser o mais equilibrado possível. É muito difícil existir diálogo quando um dos participantes está muito menos "equipado" que os seus pares. Quando isto assim acontece pode haver, na melhor das hipóteses, partilha ou transmissão de

conhecimentos, mas não diálogo. Na pior das hipóteses, e não é raro isto acontecer, há dominação e manipulação por parte dos mais preparados.

Em quarto lugar tem de se estar consciente e aceitar que quando o diálogo não conduz a conclusões comuns ou a qualquer consenso isso não significa que ele não tenha sido válido e mereça ser classificado de frustrante ou sem sentido. O verdadeiro diálogo nunca é uma perda de tempo.

Em quinto e último lugar, para não ser exaustivo, gostaria de dizer que devemos evitar, até onde nos for possível, a interrupção ou mesmo a fim do diálogo. A bem conhecida frase, iniciadora de tantas situações de divórcio e outros tipos de ruptura, que diz: "Acabou-se tudo entre nós! Não temos mais nada a dizer um ao outro!" nunca deve ser utilizada no diálogo ecuménico. Por muito duras e diferentes que sejam as coisas a dizer deve existir sempre um espaço para que elas sejam ditas. Este espaço é o do amor, da compreensão, da boa-vontade e mesmo do perdão. Numa palavra, é o espaço do diálogo.

O diálogo é teoricamente sempre possível, direi mesmo desejável. Ele só não existe, na prática, quando uma das partes o rejeita. É claro que este diálogo pode-se, e deve-se, estender a outras áreas que não a religiosa, e aqui gostaria muito de não ser mal interpretado ou vir a ser acusado de parcial ao optar, nas linhas que se seguem, pelo diálogo **intracristão**, e mesmo neste me limitar ao católico romano- protestante e não dar o lugar, que de direito lhes pertence, às igrejas ortodoxas (Ao tomar esta opção faço-o por motivos pragmáticos orientados por conceitos de espaço e de prioridade e não de importância. As comunidades ortodoxas, reconhecidas pelo Patriarcado Ecuménico de Constantinopla, são praticamente inexistentes no nosso país. O diálogo interreligioso, por exemplo com o judaísmo ou o islamismo, muito importante em certas regiões do globo, não tem, em meu entender, a prioridade ecuménica no nosso país).

Este diálogo intracristão pode assumir várias formas e ser desenvolvido a vários níveis. Deste modo poderemos considerar:

a) Diálogo local

Designou-se chamar *diálogo local* o que tem lugar entre pessoas, grupos e paróquias do mesmo local, cidade ou região. Em geral, nunca ultrapassa os limites de uma diocese (A palavra diocese é aqui utilizada no sentido que lhe é dado pela ICR em Portugal e que, corresponde a um determinado espaço geográfico dentro do país. Não devemos esquecer que existem dioceses, pertencentes a outras igrejas, cuja dimensão geográfica se identifica com a do país em que se encontram (caso da ILCAE) ou, até mesmo, a vários países e em alguns casos a nível continental (caso da Comunhão Anglicana na Europa Continental). Normalmente tem lugar entre as várias comunidades protestantes/evangélicas e/ou entre estas e as estruturas locais da ICR. Pode estar mais ou menos organizado e sistematizado ou acontecer esporadicamente. Tudo isto depende da dinâmica local, que tem de contar sempre com alguns animadores, e da existência ou não de grupos de estudo bíblico, da convivência pessoal entre os pastores e os sacerdotes, da convivência social entre as comunidades e paróquias.

Existe uma certa tendência, pelo menos no nosso país, de limitarmos o diálogo local à celebração em conjunto da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e mesmo assim só em poucas cidades e ocupando só uma ou duas noites dessa semana. Na quase totalidade dos casos em que isto acontece, nada mais se passa durante o resto do ano! Ora, não é este o tipo de diálogo (se diálogo existe nestas circunstâncias...) em que estou interessado.

Se uma das finalidades do diálogo é a de conhecermo-nos melhor, é necessária a existência de um espaço de encontro, neutro ou não, onde as pessoas possam falar entre si. Para que essa conversa tenha um certo rumo e não se disperse em variadíssimos aspectos é da máxima

utilidade que se conheça o tema do encontro. Este pode estar ligado à discussão de um documento, de um livro, de um filme, de um estudo bíblico, de um assunto doutrinário, etc.. Ou pode o grupo reunir-se com o propósito de elaborar um documento conjunto sobre um assunto ou caso preocupante da sociedade local, ou discutir uma acção social conjunta a ser desenvolvida pelas várias igrejas locais, ou..., ou..., ou...

A *Una Sancta* tem uma visibilidade local, quer queiramos quer não. E essa visibilidade deve ser acompanhada por um testemunho de unidade. E este é o tema central do movimento ecuménico: *manifestar visivelmente a nossa unidade como Igreja de Cristo*. Para que isto seja possível, o encontro e o diálogo são indispensáveis. De contrário cada um continua a viver no seu cantinho, de costas voltadas para o outro, desenvolvendo um "paroquianismo estreito" que nada tem a ver com a catolicidade nem com a diversidade da Igreja.

É no diálogo local que se pode envolver a maior parte do Povo de Deus. É o que está mais ao seu alcance. Os responsáveis e dirigentes locais têm uma missão muito importante a desenvolver e neles reside muito do sucesso ou insucesso do ecumenismo local.

b) Diálogo nacional

Não vou repetir muito do que disse no ponto anterior e que se mantém válido quando falamos do *diálogo nacional*. O que muda aqui, substancialmente, são as estruturas e a área territorial abrangida.

No que diz respeito à ICR não é mais o grupo ou paróquia local que interessa, nem mesmo a posição da diocese (ainda que isto seja muito difícil de dizer, sabendo-se da autonomia que o Bispo diocesano tem em relação aos seus pares), mas sim a Conferência Episcopal na pessoa do seu Presidente ou o órgão ou secretariado que a represente. No respeitante às igrejas protestantes/evangélicas serão as suas estruturas representativas nacionais (Sínodos, Assembleias Gerais, Bispos, Presidentes, Comissões Executivas ou Permanentes) que estão envolvidas directa ou indirectamente no diálogo nacional. Digo isto porque em alguns casos estas igrejas criaram organizações ecuménicas ou interconfessionais que, muitas vezes, as representam neste tipo de diálogo. São disso exemplo os casos do Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC) e a Aliança Evangélica Portuguesa (AEP).

Para além dos diálogos bilaterais e mesmo multilaterais que as igrejas possam manter entre si, existem neste momento em Portugal, pelo menos, dois espaços onde o diálogo se desenrola: os *Encontros Ecuménicos* entre o COPIC e o Secretariado para a Doutrina da Fé da Conferência Episcopal Portuguesa e os *Encontros Interconfessionais* entre as duas entidades já citadas e a AEP. Os resultados práticos deste diálogo não são ainda muito visíveis mas se pensarmos na realidade de há dez ou vinte anos (não é preciso ir mais longe), creio que o que se passa actualmente é motivo mais do que suficiente para estarmos gratos a Deus, nem que seja pelo simples, mas significativo facto, de podermos ver à volta da mesma mesa orando, estudando, discutindo ou comendo, bispos da ICR, da ILCAE ou da IEMP, pastores e responsáveis baptistas, presbiterianos, pentecostais ou dos irmãos.

A publicação da edição portuguesa do programa da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, bem como a sua realização a nível nacional, é já, desde alguns anos, um resultado da colaboração entre o COPIC e a Comissão para a Doutrina da Fé. Deve-se também a estes dois órgãos a publicação, não periódica, da *Informação Ecuménica*. Tem sido também em conjunto que se tem desenrolado a preparação dos representantes das igrejas portuguesas nas Assembleias Ecuménicas Europeias organizadas em conjunto pela Conferência das Igrejas Europeias (KEK) e pelo Conselho das Conferências Episcopais Europeias (CCEE).

Como sinal exterior desse diálogo, que neste momento considero um pouco elitista e reservado, porque separado do "povo real" das nossas comunidades, há que salientar os vários *comunicados* conjuntos já emitidos e que tanto têm chamado a atenção dos meios de comunicação social.

c) Diálogo regional (continental)

(Limitar-me-ei ao que se passa a nível europeu entre a KEK e o CCEE, mas não poderei deixar de mencionar que em algumas regiões do mundo existe uma só organização ecuménica da qual fazem parte a ICR e as igrejas não católicas romanas.)

"Foi preciso esperar por 1978 - somente uma dezena de anos após o concílio Vaticano II, mas quatro séculos depois da Reforma protestante do séc. XVI - para que os responsáveis de todas as Igrejas cristãs na Europa se encontrassem, para procurarem em conjunto as vias de um testemunho comum do Evangelho: foi em Chantilly em 1978".

Com estas palavras inicia o cardeal Martini, arcebispo de Milão, e então presidente do CCEE, o seu prefácio à obra de Helmut Steindl "Les Églises d'Europe - l'engagement oecuménique" (Les Églises d'Europe - l'engagement oecuménique, H. Steindl, Les Ed. du Cerf, Paris, 1993, pág. 7) na qual se apresenta a visão de conjunto dos cinco Encontros Ecuménicos Europeus realizados pela KEK e pelo CCEE entre 1978 e 1991.

Tem razão o cardeal Martini ao chamar a atenção para a data do primeiro destes encontros, em 1978. Quase a mil anos de distância do Grande Cisma de 1054 e a pouco menos de quinhentos da Reforma de Lutero (1517) dá-se o primeiro encontro em solo europeu (Digo em solo europeu pois, de certa maneira, as igrejas presentes em Chantilly já haviam estado juntas na 3ª Assembleia do CMI em Nova Deli (1951), ainda que os representantes da ICR fossem só cinco e aí estivessem a título de observadores. Por outro lado a Assembleia era mundial e não continental.) de representantes de todos os grandes ramos da Igreja: católicos romanos, ortodoxos, protestantes, anglicanos e velho-católicos.

Porque todos eles constituíram marcos históricos do ecumenismo europeu, sempre com a presença das igrejas do Leste, incluirei como um dos apêndices no final do livro, a lista de todos eles e indicarei o nome dos representantes das igrejas portuguesas.

9. Textos ecuménicos fundamentais

1. A Bíblia

De uma maneira geral, quando falamos nos grandes textos ecuménicos raramente nos lembramos de mencionar a Bíblia. Ora ela tem constituído uma base muito sólida e sempre presente em todo o labor ecuménico. O estudo bíblico conjunto, por um lado, e a questão das novas versões e traduções, por outro, são dois aspectos, entre muitos outros, que tem colocado a Bíblia como centro e referência em todos os encontros de cristãos por muito diversificadas que sejam as suas filiações confessionais.

Longe vão os tempos em que este livro era um elemento que ajudava a sustentar as divisões da Igreja. Eram os tempos (talvez ainda hoje existam resquícios deles...) em que se falava das "Bíblias católicas" e das "Bíblias protestantes" e durante os quais não era permitido o uso indiscriminado das várias edições. Hoje, pelo contrário, é muito comum, e bastante salutar, encontrarmos num mesmo grupo de estudo bíblico uma enorme variedade de versões e traduções, com origens bem diferentes. Deste modo, as Escrituras acabaram por ultrapassar as barreiras confessionais e eclesiológicas.

Para além disto, existe uma outra realidade, não menos importante, ecumenicamente falando, que é o aparecimento de uma série de novas traduções dos textos originais feitas, em conjunto, por peritos oriundos das mais diversas confissões e mesmo religiões, como acontece com os peritos judeus que tanto têm ajudado os seus colegas cristãos na fixação do texto do Antigo Testamento.

O trabalho das Sociedades Bíblicas e a sua filiação nas Sociedades Bíblicas Unidas (UBS), criada em 1946, foi muitas vezes pioneiro na cooperação interconfessional. O significado ecuménico deste trabalho especializado ainda não foi, em muitos meios, totalmente aceite.

O CMI, reconhecendo a importância do estudo da Bíblia em toda a sua actividade, decidiu criar em 1971, um Secretariado de Estudos Bíblicos, não só para ajudar e fortalecer a orientação bíblica dos seus programas e acções, mas também para que fossem organizados cursos para a formação de animadores de estudo bíblico onde novos métodos seriam criados e adaptados aos vários meios sócio-culturais onde se inserem as igrejas membros.

Ainda que muito haja a fazer, sobretudo no campo da reflexão ecuménica sobre a autoridade e a interpretação bíblicas, já hoje podemos afirmar que a Bíblia tem sido, e cada vez mais o há-de ser, um elemento indispensável para o movimento ecuménico. Daí não causar qualquer surpresa, antes sendo tomado como um facto natural, constatar-se que a grande maioria dos textos de acordo e consenso estarem repletos de citações bíblicas e ser praticamente impossível a realização de uma conferência ou simples encontro ecuménico onde o estudo e a reflexão bíblicas estejam ausentes.

3. Textos do Movimento Ecuménico

Os textos que a seguir apresento constituem excertos dos documentos citados. Estas selecções dizem sobretudo respeito às afirmações feitas em torno do tema da unidade da Igreja, das igrejas e dos cristãos entre si. Decidi apresentá-las pela sua ordem cronológica, a qual vai dar ao leitor a possibilidade de seguir um pouco a evolução que muitos conceitos têm tido ao longo destes últimos cinquenta anos. Como só em dois casos consegui textos em português, e mesmo assim um deles em português do Brasil, não me restou outro caminho senão o de fazer traduções de várias línguas e portanto elas não poderão ser utilizadas como textos oficiais. Para não me alongar em citações bibliográficas, só mencionarei as fontes dos textos que não foram produzidos pelo Conselho Mundial de Igrejas, partindo do princípio que todos estes se encontram disponíveis em Genebra e podem ser requisitados com a simples menção dos títulos que encabeçam cada alínea.

Encíclica do Patriarcado Ecuménico

"Às Igrejas de Cristo em qualquer lugar"

"Amai-vos ardentemente uns aos outros de todo o coração" (I Ped. 1:22)

« A nossa Igreja crê que a aproximação e a fraternidade entre as várias igrejas cristãs não é incompatível com as diferenças doutrinárias que existem entre elas. Em nossa opinião essa aproximação é altamente desejável e necessária. Ela será muito útil para os interesses reais de cada igreja particular e para o todo do corpo cristão, e também para a preparação e desenvolvimento da abençoada união que será completada no futuro de acordo com a vontade de Deus....

Creemos que as duas medidas a seguir apresentadas contribuirão em grande medida para essa aproximação...

Primeiramente, como necessário e indispensável o afastamento e a abolição de todo e qualquer azedume e desconfiança mútuos existentes entre as diferentes igrejas e que nasceram pela tendência de algumas delas de fazer proselitismo entre os aderentes de outras confissões...

Em segundo lugar, e acima de tudo, o amor deve ser reacendido e fortalecido entre as igrejas, de modo que elas não se considerem mais como estranhas e estrangeiras, mas como parentes, fazendo parte da família de Cristo e "co-herdeiras, membros do mesmo corpo e participantes da promessa de Deus em Cristo" (Efés. 3: 6) .

(segue-se uma longa lista de exemplos que as igrejas são chamadas a pôr em prática e menciona-se igualmente a recém-criada Liga ou Sociedade das Nações, no espírito do Evangelho e do ensino de Cristo)...

Por todas estas razões, estando nós próprios convictos da necessidade de estabelecer um contacto e uma liga entre as igrejas e crendo que as outras igrejas partilham da nossa convicção, pelo menos como um começo, pedimos a cada uma nos faça conhecer o seu pensamento e opinião sobre este assunto para que, uma vez alcançados o entendimento e resolução comuns, possamos caminhar juntos para a sua realização, e assim "proclamando a verdade com amor, cresceremos em todos os sentidos, para Cristo, que é a cabeça. É nele que todo o corpo se mantém firmemente unido pelas articulações e de cada uma delas recebe força para ir crescendo em harmonia" ([Efés. 4: 15-16](#)) ».

A Afirmação de Edimburgo, 1937

"Estamos unidos na fé em nosso Senhor Jesus Cristo, a Palavra incarnada de Deus. Estamos unidos na lealdade a Ele, como cabeça da Igreja, Rei dos reis e Senhor dos senhores. Estamos unidos reconhecendo que esta lealdade é prioritária a qualquer outra que possa ter direitos sobre nós.

Esta unidade não consiste num acordo entre os nossos modos de pensar nem no consentimento das nossas vontades. Está fundada no próprio Jesus Cristo, que viveu, morreu e ressuscitou para nos levar ao Pai, e que por meio do Espírito Santo habita na sua Igreja. Somos uma só coisa porque todos somos objectos do amor de Deus e da sua Graça, e fomos chamados a dar testemunho em todo o mundo do seu glorioso Evangelho.

A nossa unidade é de coração e de espírito. Estamos divididos de modos diferentes na nossa vida em Jesus Cristo, porque entendemos de maneiras diferentes a sua vontade para a sua Igreja. Cremos, contudo, que uma compreensão mais profunda levar-nos-á a apreender de maneira unida a verdade, tal como ela se nos manifesta em Jesus Cristo.

Reconhecemos humildemente que as nossas divisões são contrárias à vontade de Cristo, e rogamos a Deus que, na sua misericórdia, abrevie os dias da nossa separação e nos conduza, mediante o seu Espírito, à plenitude da unidade....

Também desejamos declarar, a todos os homens e em todos os lugares, a nossa certeza de que Cristo é a única esperança para o mundo... Sabemos que o nosso testemunho se enfraquece por causa das nossas divisões. Apesar de tudo somos um em Cristo e na comunhão do seu Espírito. Imploramos a Deus que em todos os lugares, num mundo dividido e perplexo, os homens possam voltar-se para Cristo, nosso Senhor, que nos une uns aos outros, apesar das nossas divisões..."

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas Amsterdão, 1948

"Bendizemos a Deus, nosso Pai e a nosso Senhor Jesus Cristo, que reúne em unidade os filhos de Deus espalhados pelos quatro cantos do mundo. Ele nos reuniu aqui, em Amsterdão. Reconhecemo-Lo, todos juntos, como nosso Senhor e Salvador. Estamos divididos entre nós, não somente por razões que dizem respeito à fé, à ordem eclesiástica e à tradição, mas também pelo orgulho nacionalista, de classe e de raça. Mas Cristo nos fez seus, e Ele não está dividido. Ao buscá-Lo encontramos-nos uns com os outros. Aqui, em Amsterdão, consagramo-nos novamente a Ele, e concordámos juntos constituir este Conselho Mundial de Igrejas. É nosso propósito permanecermos juntos. Pedimos às congregações cristãs de todo o mundo que aprovelem e cumpram este pacto, nas suas relações umas com as outras. Com gratidão, comprometemos o nosso futuro a Jesus Cristo"...

Comité Central do Conselho Mundial de Igrejas,

Toronto, 1950

"O significado eclesiológico do CMI

I. Introdução

A primeira Assembleia, em Amsterdão, adoptou uma resolução sobre "a autoridade do Conselho" que diz: O CMI é composto por igrejas que reconhecem Jesus Cristo como Deus e Salvador. É n'Ele que encontram a sua unidade. Não têm de criar a sua unidade: ela é uma dádiva de Deus.

Mas as igrejas estão conscientes ser seu dever procurarem em conjunto a expressão dessa unidade na sua vida e acção. O Conselho deseja servir as suas igrejas membros como um instrumento... mas não deseja usurpar nenhuma das funções que já lhes pertencem, ou controlá-las, ou legislar em seu nome, o que, aliás, a sua própria constituição não o autoriza. Mais ainda, enquanto procura denodadamente a comunhão de pensamento e de acção, o Conselho rejeita qualquer ideia de se tornar uma única estrutura eclesiástica unificada independente das igrejas que se juntaram para o constituir, ou uma estrutura dominada por uma autoridade administrativa centralizada.

A finalidade do Conselho é a de expressar a sua unidade de outro modo. A unidade provém do amor de Deus em Jesus Cristo, o qual, unindo as igrejas constituintes a Ele, une-as umas às outras...

(...)

III. O que o CMI não é

1. O CMI não é, e nunca deverá vir a ser, uma super-igreja. Não é a Igreja mundial. Não é a Una Sancta de que fala o Credo...
2. O propósito do CMI não é o de negociar uniões entre as igrejas, o que só pode ser feito pelas próprias igrejas e de acordo com as suas iniciativas, mas sim o de pôr as igrejas em contacto e promover o estudo e a discussão dos assuntos referentes à unidade da Igreja.
3. O CMI não pode, e não deve, basear-se em qualquer conceito particular de Igreja. Ele não faz qualquer julgamento sobre o problema eclesiológico.
4. A filiação no CMI não implica que uma igreja considera a sua própria concepção de Igreja como relativa.
5. A filiação no CMI não implica a aceitação de qualquer doutrina específica sobre a natureza da unidade da Igreja.

IV. As suposições subjacentes ao CMI

1. As igrejas membros do CMI crêem que o diálogo, a cooperação e o testemunho comuns das igrejas devem estar fundados no reconhecimento comum de que Cristo é a Cabeça Divina do Corpo.

2. As igrejas membros do CMI acreditam, baseadas no Novo Testamento, que a Igreja de Cristo é uma.
3. As igrejas membros reconhecem que ser-se membro da Igreja de Cristo é mais abrangente que pertencer-se ao seu próprio corpo eclesiástico...
4. As igrejas membros do CMI consideram a relação das outras igrejas com a Igreja Una e Santa da qual os Credos dão testemunho como um assunto de mútua consideração. Contudo, a filiação não implica que cada igreja deva olhar as outras igrejas membros como igrejas no sentido verdadeiro e pleno da palavra.
5. As igrejas membros do CMI reconhecem nas outras igrejas elementos da Igreja verdadeira. Consideram que este reconhecimento mútuo obriga-as a entrarem num diálogo sério umas com as outras na esperança que esses elementos da verdade as levará ao conhecimento da verdade plena e à unidade baseada nessa verdade plena.
6. As igrejas membros do Conselho estão prontas a procurar juntas e a aprender do Senhor Jesus Cristo qual o testemunho que ele quer que dêem no mundo em seu nome.
7. Uma outra implicação prática da filiação comum no CMI é que as igrejas membros devem reconhecer a sua solidariedade mútua, prestar assistência umas às outras em caso de necessidade e absterem-se de todos os gestos incompatíveis com uma relação fraternal.
8. As igrejas membros estabelecem relações espirituais pelas quais procuram aprender e auxiliarem-se mutuamente de modo a que o Corpo de Cristo se desenvolva e a vida das igrejas se renove."

(...)

"Uma Palavra às Igrejas"

3ª Conferência Mundial de Fé e Ordem, Lund, 1952

"Chegámos a um ponto crucial nas nossas discussões ecuménicas. Ao chegar a conhecermos melhor, os nossos olhos abriram-se para a profundidade e dor das nossas divisões e também para a natureza essencial da nossa unidade. A medida de unidade que foi dada às igrejas, para que reconheçam os laços que as unem entre si, deve agora expressar-se sob formas mais concretas. A fé na unidade da Igreja de Cristo que não encontra a sua expressão concreta em actos de obediência ao conteúdo dessa fé, é uma fé morta. Existem verdades respeitantes à natureza de Deus e à sua Igreja que jamais conheceremos a menos que actuemos de acordo e em obediência à unidade que já reconhecemos como nossa. Pediríamos, portanto, a todas as nossas igrejas que considerem seriamente se estão fazendo tudo o que lhes é possível para manifestar a unidade do povo de Deus. Não deveriam as nossas igrejas perguntar-se da sua obrigação de agir como um só corpo em todos os assuntos onde seja possível alcançar-se um acordo, deixando para a acção separada as coisas nas quais seja impossível, devido a profundas diferenças de convicção, agir de comum acordo com os outros cristãos?

... vemos claramente que não podemos dar passos concretos para a unidade se ficarmos só na comparação das nossas variadas concepções da natureza da Igreja e das tradições a que elas pertencem. Mas, mais uma vez, constatamos que na medida em que nos aproximamos mais de Cristo, mais nos aproximamos uns dos outros. Precisamos, portanto, alcançar uma mais profunda e rica compreensão do mistério divino da união de Cristo com a sua Igreja. Temos de compreender cada vez mais que as histórias separadas das nossa igrejas só alcançam o seu verdadeiro e pleno sentido quando vistas na perspectiva das relações de Deus com **todo** o seu povo.

... Concordamos que não existem duas Igrejas, uma visível e a outra invisível, mas uma só Igreja que tem de manifestar a sua visibilidade na terra, mas diferimos na nossa crença quanto a certas formas doutrinárias, sacramentais e ministeriais serem da essência da própria Igreja. Consequentemente, o nosso entendimento do carácter da unidade da Igreja na terra é diferente, embora nenhum de nós pense em termos de uma instituição com uma estrutura de governo rígida e uniforme e todos ansiemos o momento em que todos os cristãos possam participar sem restrições no Sacramento e na comunhão uns com os outros."

Comité Central do Conselho Mundial de Igrejas

St. Andrews, Escócia, 1960

"Cremos que a unidade, que é simultaneamente dádiva e vontade de Deus para a sua Igreja, se torna visível quando, num mesmo lugar, aqueles que são batizados em Jesus Cristo e o confessam como Senhor e Salvador, são conduzidos pelo Espírito Santo a formar uma comunidade plenamente comprometida, confessando a mesma fé apostólica, pregando o mesmo Evangelho, partindo o mesmo pão, unindo-se numa oração comum e vivendo uma vida comunitária no testemunho e serviço de todos; e quando, por outro lado, se encontram em comunhão com o conjunto da comunidade cristã em todos os tempos e lugares, de tal modo que o mistério e a qualidade de membros são reconhecidos por todos, todos podem, conforme as circunstâncias o exigirem, agir e falar de comum acordo perante as tarefas para as quais Deus chama o seu povo. É por esta unidade que cremos dever orar e trabalhar."

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas; Nova Deli, 1961

"Cristo é o caminho e por isso devemos caminhar juntos, dando testemunho dele e servindo a todos os homens. Este é o seu mandamento. Não há serviço maior que possamos prestar aos outros do que falar-lhes de Jesus Cristo, e não há testemunho mais efectivo do que uma vida oferecida em serviço aos demais...

Necessitamos pensar juntos, em termos concretos, as formas de serviço cristão para os nossos dias, e actuar em conformidade, também juntos. Em nenhum outro campo a cooperação cristã tem tido mais peso e sido mais efectiva que no do serviço às pessoas que padecem de todo o tipo de necessidades. Não existe trabalho mais urgente para os cristãos do que actuarem juntos em favor da comunidade, dentro de cada nação, e em favor da paz na justiça e liberdade entre as nações, de maneira que as causas da enorme miséria contemporânea possam ser eliminadas...

Devemos buscar juntos a plenitude da unidade cristã. Para isto necessitamos de cada um dos membros da família cristã, quer da tradição ocidental quer da oriental, tanto das igrejas mais velhas como das igrejas mais jovens, quer sejam homens ou mulheres, jovens ou velhos, de todas as raças e de todas as nações. Os nossos irmãos em Cristo foram-nos dados, não fomos nós que os escolhemos. Em algumas coisas, as nossas convicções mais profundas ainda não nos permitem actuar juntos, mas temos progredido no propósito de dar significado à unidade que procuramos. Encontremos, portanto, as coisas que podemos fazer juntos, em cada situação local e agora. E façamo-las, com fidelidade, orando e trabalhando sempre por essa unidade mais plena que Jesus Cristo deseja para a sua Igreja."

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas; Upsala, 1968

"Todos os homens converteram-se em próximos de todos os seus semelhantes. Todavia, devido às nossas diferenças e tensões, não sabemos viver juntos. *Mas Deus faz novas todas as coisas!* (Era este o tema central da 4ª Assembleia do CMI) Cristo quer que a sua Igreja antecipe uma comunidade humana renovada.

Por isso nós, os cristãos, manifestaremos a nossa unidade em Cristo construindo uma fraternidade plena com aqueles que são de outras raças, classes, grupos etários, religiões e convicções políticas, no lugar onde vivemos...

... reafirmamos o nosso pacto de nos ajudarmos e corrigirmos mutuamente. Os planos da unidade eclesial actualmente em curso exigem a tomada de decisões, e procuramos uma comunhão mais sólida com aquelas igrejas que não estão ainda em comunhão connosco. Sabemos que nunca vivemos a plenitude do que professamos e aguardamos com esperança o momento em que Deus assuma o governo das nossas vidas..."

Texto de Lima (Baptismo, Eucaristia, Ministério), 1982

"6. Celebrado em obediência ao nosso Senhor, o baptismo é um sinal e um selo do nosso empenho comum de discípulos. Através do seu próprio baptismo, os cristãos são conduzidos à união com Cristo, com cada um dos outros cristãos e com a Igreja de todos os tempos e de todos os lugares. O nosso baptismo comum, que nos une ao Cristo na fé, é assim um vínculo fundamental de unidade. Somos um só povo e somos chamados a confessar e a servir um só Senhor, em cada lugar e no mundo inteiro. A união com Cristo que partilhamos pelo baptismo tem implicações importantes para a unidade cristã: "Há ... um só baptismo, um só Deus e Pai de todos..." ([Ef. 4: 4-6](#)). Quando a unidade baptismal se realiza na Igreja una, santa, católica e apostólica, um testemunho cristão autêntico pode ser prestado ao amor de Deus que cura e reconcilia. É por isso que o nosso único baptismo em Cristo constitui um apelo dirigido às Igrejas, para ultrapassarem as suas divisões e manifestarem visivelmente a sua comunhão."

Documento Final e Mensagem

Basileia, 1989

" 37. Acreditamos que desde o início, Deus escolheu e chamou seres humanos para constituírem o seu povo a fim de testemunharem no mundo o Seu amor e a sua misericórdia. Deus estabeleceu uma aliança com o povo de Israel, escolhido de entre as nações para lhe pertencer (cf. Ex. 19: 1-25; 24:8), para ser uma bênção para todas as nações, de acordo com a promessa feita por Deus a Abraão (Gen. 12: 2ss). Apesar da desobediência do Seu povo, Deus permaneceu fiel e prometeu uma nova Aliança (Jer. 31: 31-34). Esta nova Aliança foi estabelecida definitivamente em Jesus Cristo (cf. I Cor. 11: 25; Marc. 14: 24; Heb. 8: 1-13) e aberta a todos (cf. I Tim. 2: 4ss).

38. Pela fé e pelo baptismo tornámo-nos filhas e filhos de Deus. Graças a esta nova criação dada em Jesus Cristo (II Cor. 5: 17; Gál. 6: 15), "Não há judeu nem grego; não há servo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo" (Gál. 3: 28). A Igreja é o Corpo de Cristo, presente no mundo, sob a acção do Espírito Santo: "Foi num só Espírito que todos nós fomos baptizados, a fim de formarmos um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres; e todos temos bebido de um só espírito" (I Cor. 12: 13). A Igreja, enquanto corpo de Cristo é a "visão da paz" (Orígenes, Or. 9, 2; PG 13, 349) que só pode ser real e universal se se compreender que a paz e a justiça são sinónimos (Clemente de Alexandria, Strom. 4, 25).

39. Enquanto membros do Corpo de Cristo, pertencemos a diferentes igrejas e comunidades eclesiais. Em consequência do nosso baptismo e da resposta na fé à palavra de Deus, somos um só em Cristo, mesmo se ainda não estamos em plena comunhão uns com os outros. Esforçamo-nos por ultrapassar as diferenças que ainda existem na doutrina e na prática, a fim de chegarmos a uma plena comunhão. Ao fazê-lo, entrevemos uma comunhão na qual as diferentes tradições já não serão motivo de separação, mas enriquecimentos mútuos. Já todas as igrejas adquiriram a consciência de que o caminho para esta comunhão deve ser percorrido em conjunto. Na nossa busca e na nossa acção comuns a favor da justiça, da paz e da integridade da criação, a separação das Igrejas torna-se particularmente dolorosa à mesa do Senhor, porque é nela que recebemos e celebramos a Nova Aliança que é também aliança para a justiça, a paz e a integridade da criação.

40. Assim, a Eucaristia que nós, aqui em Basileia, celebrámos separadamente, incita-nos a procurar a unidade da Igreja e da humanidade: " A eucaristia abraça todos os aspectos da vida. É uma oferta e uma acção de graças em nome do mundo inteiro. A celebração eucarística exige que haja reconciliação e partilha entre todos os irmãos e irmãs da única família de Deus; ela é um constante desafio na busca de relações justas na vida social, económica e política (Mat. 5: 23ss; I Cor. 10: 16ss; 11: 20-22; Gál. 3: 28). Todas as formas de injustiça, de racismo, de separação e de falta de liberdade são radicalmente desafiadas quando partilhamos o corpo e o sangue de Cristo (cf. *Baptismo, Eucaristia e Ministério*, cap. "Eucaristia", § 20). Isto aplica-se a todos os tipos de discriminação. A reconciliação com Deus manifestar-se-á mais claramente através de uma comunidade onde os antagonismos entre raças, classes e sexos tiverem sido completamente ultrapassados." (Texto da edição portuguesa do Documento final de Basileia, editado pela CEP e pelo COPIC, com tradução da secção portuguesa da PAX CHRISTI.)

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas; Canberra, 1991

(...)

"Nós próprios, Igrejas membros do Conselho, vivemos ainda a divisão. A reconciliação entre as Igrejas não está ainda terminada. No entanto, no seio do movimento ecuménico, foi-nos possível sair do nosso isolamento e entrar numa comunidade solidária, na qual nos sentimos cada vez mais responsáveis uns pelos outros, tanto na alegria como no sofrimento. Sob a orientação do Espírito Santo, procuramos assumir as nossas responsabilidades de uns para com os outros e para com Cristo, nosso Senhor, que orou para que "todos sejam um" (João 17: 20). Mas sabemos também que a plenitude da reconciliação é uma dádiva de Deus e que ela só nos será concedida quando formos transformados e santificados pelo Espírito Santo..."

Encíclica *Ut unum sint*

Roma, 1995

"3. Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica empenhou-se, *de modo irreversível*, a percorrer o caminho da demanda ecuménica, ficando assim à escuta do Espírito do Senhor, que ensina à leitura atenta dos "sinais dos tempos". As experiências que viveu nestes anos, e continua a viver, iluminam ainda mais profundamente a sua identidade e missão na História. A Igreja Católica reconhece e confessa as *fraquezas dos seus filhos*, consciente de que os seus pecados constituem igualmente traições e obstáculos à realização dos desígnios do Salvador...

5. Juntamente com todos os discípulos de Cristo, a Igreja Católica funda, sobre o desígnio de Deus, o seu empenhamento ecuménico de congregar a todos na unidade. De facto, « a Igreja não é uma realidade voltada sobre si mesma, mas aberta permanentemente à dinâmica missionária e ecuménica, porque enviada ao mundo para anunciar e testemunhar, actualizar e expandir o mistério de comunhão que a constitui: a fim de reunir a todos e tudo em Cristo; ser para todos "sacramento inseparável de unidade"». (§ 5) (Esta transcrição é oriunda da Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão, enviada pela Congregação para a Doutrina da Fé em 28/5/92)

20. ... o ecumenismo, o movimento a favor da unidade dos cristãos, *não é só uma espécie de "apêndice"*, que se vem juntar à actividade tradicional da Igreja. Pelo contrário, pertence organicamente à sua vida e acção, devendo, por conseguinte, atravessá-la no seu todo e ser como que o fruto de uma árvore que cresce sadia e viçosa até alcançar o seu pleno desenvolvimento..."

Conclusão

Como disse nas minhas últimas palavras da introdução, chego ao fim destas páginas insatisfeito. Ao relê-las dou-me conta, mesmo com espaço limitado, do muito que teria de acrescentar. Veio-me, várias vezes, a tentação de não incluir tantas citações e expor mais detalhadamente o meu ponto de vista sobre este ou aquele tema ecuménico. O guião original foi substancialmente mudado. Muitos assuntos que constavam da ideia original não chegaram a ver a luz do dia...

Porquê todas estas alterações? Elas iam tendo lugar sempre que, no meio dos papéis e dos muitos livros espalhados pela mesa de trabalho, conseguia ler um auto-colante que na mesa havia colocado antes de começar a escrever. A mensagem nele contida era muito simples: "Tens de escrever para iniciados!"

Esta curta mensagem, sempre presente, irritou-me algumas vezes, mas acabou sempre por me ajudar a disciplinar. Por causa dela não incluí, deliberadamente, os aspectos mais delicados, difíceis e mesmo polémicos do ecumenismo. E muitos são eles. Ficarão, como também já disse, para ocasião posterior.

De momento, preferi dar prioridade ao que me parece ser o mais consensual sem, no entanto, dar a entender que o caminho para a plena manifestação da unidade da *Una Sancta* está quase no fim. Infelizmente não. Foi essa escolha prioritária que serviu de critério para a recolha dos textos citados. Quanto a estes, não hesitei em dar-lhes o espaço que mereciam, pois creio ser mais importante para a formação ecuménica saber-se o que as várias igrejas estão dizendo do que a mera opinião pessoal sobre essas mesmas afirmações.

Pretendi, ao longo do trabalho, defender a visão da unidade da Igreja na e pela diversidade, acolhida já hoje em dia na grande maioria dos círculos ecuménicos, sem me preocupar, em debater qual o forma visível que essa unidade há-de apresentar. Importa-me mais, neste momento destruir, se possível definitivamente, as ideias da uniformidade ou fusão monolítica da unidade.

Espero que este esforço, compensado pela grande alegria que me deu, possa ser útil aos estudantes do Seminário Evangélico de Teologia e a todos os que o lerem.

Pelo meu lado dou por finalizado este monólogo e aguardo o início do diálogo...

Apêndices

A.Os Concílios da Igreja

Ano	Nome do Concílio	Assunto principal
Concílios Da Igreja Universal		
50	C. De Jerusalém	As leis judaicas e os cristãos
325	1º Credo de Niceia	Contra o arianismo. Credo
381	1ª Constantinopla	Finalização do Credo
432	C. de Éfeso	Contra o nestorianismo
451	C. de Calcedónia	Conta o monofisitismo e princípio da união hipostática
553	2º Constantinopla	Conta os nestorianos
681	3º Constantinopla	Contra o monotelismo
767	2º C. de Niceia	Legaliza veneração de imagens
867 e 1064: Cismas entre as Igrejas Romana e Ortodoxas Concílios da Igreja Romana		
869	4º Constantinopla	A paz entre o Este e o Oeste
1123	1º de Latrão	Disciplina. Contra os Valdenses e Albigenses
1139	2º de Latrão	Idem
1179	3º de Latrão	Idem
1215	4º Latrão	Idem
1245	1º de Lião	
1274	2º de Lião	
1311	C. de Viena	
1414	C. de Constância	Fim da rivalidade entre os papas
1431	Basileia-Ferrara-Florença-Lausana	Reforma e união com as igrejas orientais
1512	5º de Latrão	

Ano	Nome do Concílio	Assunto principal
A partir de 1517: Reforma e surgimento das Igrejas Protestantes Concílios da Igreja Católica Romana		
1545	Concílio de Trento	(Contra-)Reforma
1870	1º Concílio Vaticano	Doutrina da infabilidade papal
1962	2º Concílio Vaticano	Atualização da Igreja

C. As Assembleias do Conselho Mundial de Igrejas

1ª Assembleia

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas Amsterdão, 1948

"Bendizemos a Deus, nosso Pai e a nosso Senhor Jesus Cristo, que reúne em unidade os filhos de Deus espalhados pelos quatro cantos do mundo. Ele nos reuniu aqui, em Amsterdão. Reconhecemo-Lo, todos juntos, como nosso Senhor e Salvador. Estamos divididos entre nós, não somente por razões que dizem respeito à fé, à ordem eclesiástica e à tradição, mas também pelo orgulho nacionalista, de classe e de raça. Mas Cristo nos fez seus, e Ele não está dividido. Ao buscá-Lo encontramos-nos uns com os outros. Aqui, em Amsterdão, consagramo-nos novamente a Ele, e concordámos juntos constituir este Conselho Mundial de Igrejas. É nosso propósito permanecermos juntos. Pedimos às congregações cristãs de todo o mundo que aprovelem e cumpram este pacto, nas suas relações umas com as outras. Com gratidão, comprometemos o nosso futuro a Jesus Cristo"...

Local: Amsterdão, Holanda

Data: 22 de Agosto a 4 de Setembro de 1948

Tema: O desígnio de Deus e a desordem do homem

Secções:

1. A Igreja universal no desígnio de Deus
2. O desígnio de Deus e o testemunho da Igreja
3. A Igreja e a desordem da sociedade
4. A Igreja e a desordem internacional

Delegados: 351

Igrejas membros: 147

Moderador do Comité Central: Bispo George Bell

Presidentes: Marc Boegner, Geoffrey Fischer, T. C. Chao, G. Bromley Oxnam, Germanos de Thyateira, Erling Eidem

Presidente honorário: John R. Mott

Secretário-Geral: W.A. Visser't Hooft

2ª Assembleia

Local: Evanston, Illinois, USA

Data: 15 a 23 de Agosto de 1954

Tema: Cristo, a esperança do mundo

Secções:

1. A nossa unidade em Cristo e a nossa divisão como Igrejas
2. A missão da Igreja para os que vivem fora dela
3. A sociedade responsável numa perspectiva mundial
4. Os cristãos na luta por uma comunidade mundial
5. As Igrejas no meio das tensões raciais e étnicas
6. O laicado: o cristão na sua vocação

Delegados: 502

Igrejas membros: 161

Moderador do Comité Central: Franklin Clark Fry

Presidentes: John Baillie, Sante Uberto Barbieri, Otto Dibelius, Juhanon Mar Thoma, Michael, Henry Knox Sherill

Presidentes honorários: John R. Mott (falecido em 1955) e George Bell

Secretário-Geral: W.A. Visser't Hooft

3ª Assembleia

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas; Nova Deli, 1961

"Cristo é o caminho e por isso devemos caminhar juntos, dando testemunho dele e servindo a todos os homens. Este é o seu mandamento. Não há serviço maior que possamos prestar aos outros do que falar-lhes de Jesus Cristo, e não há testemunho mais efectivo do que uma vida oferecida em serviço aos demais...

Necessitamos pensar juntos, em termos concretos, as formas de serviço cristão para os nossos dias, e actuar em conformidade, também juntos. Em nenhum outro campo a cooperação cristã tem tido mais peso e sido mais efectiva que no do serviço às pessoas que padecem de todo o tipo de necessidades. Não existe trabalho mais urgente para os cristãos do que actuarem juntos em favor da comunidade, dentro de cada nação, e em favor da paz na justiça e liberdade entre as nações, de maneira que as causas da enorme miséria contemporânea possam ser eliminadas...

Devemos buscar juntos a plenitude da unidade cristã. Para isto necessitamos de cada um dos membros da família cristã, quer da tradição ocidental quer da oriental, tanto das igrejas mais velhas como das igrejas mais jovens, quer sejam homens ou mulheres, jovens ou velhos, de todas as raças e de todas as nações. Os nossos irmãos em Cristo foram-nos dados, não fomos nós que os escolhemos. Em algumas coisas, as nossas convicções mais profundas ainda não nos permitem actuar juntos, mas temos progredido no propósito de dar significado à unidade que procuramos. Encontremos, portanto, as coisas que podemos fazer juntos, em cada situação local e agora. E façamo-las, com fidelidade, orando e trabalhando sempre por essa unidade mais plena que Jesus Cristo deseja para a sua Igreja."

Local: Nova Deli, Índia

Data: 19 de Novembro a 5 de Dezembro de 1961

Tema: Jesus Cristo, a luz do mundo

Secções:

1. Testemunho

2. Serviço

3. Unidade

Delegados: 577

Igrejas membros: 197

Moderador do Comité Central: Franklin Clark Fry

Presidentes: A. Michael Ramsey, Francis Ibiem, Iakovos, David G. Moses, Martin Niemöller, Charles C. Parlin

Presidente honorário: Joseph H. Oldham

Secretário-Geral W. A. Visser't Hooft

4ª Assembleia

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas; Upsala, 1968

"Todos os homens converteram-se em próximos de todos os seus semelhantes. Todavia, devido às nossas diferenças e tensões, não sabemos viver juntos. *Mas Deus faz novas todas as coisas!* (Era este o tema central da 4ª Assembleia do CMI) Cristo quer que a sua Igreja antecipe uma comunidade humana renovada.

Por isso nós, os cristãos, manifestaremos a nossa unidade em Cristo construindo uma fraternidade plena com aqueles que são de outras raças, classes, grupos étnicos, religiões e convicções políticas, no lugar onde vivemos...

... reafirmamos o nosso pacto de nos ajudarmos e corrigirmos mutuamente. Os planos da unidade eclesial actualmente em curso exigem a tomada de decisões, e procuramos uma comunhão mais sólida com aquelas igrejas que não estão ainda em comunhão connosco. Sabemos que nunca vivemos a plenitude do que professamos e aguardamos com esperança o momento em que Deus assuma o governo das nossas vidas..."

Local: Upsala, Suécia

Data: 4 a 20 de Julho de 1968

Tema: "Eis que faço novas todas as coisas"

Secções:

1. O Espírito Santo e a catolicidade da Igreja

2. Renovação na missão

3. O desenvolvimento económico e social no mundo

4. Justiça e paz nos assuntos internacionais

5. Adoração

6. Novos estilos de vida

Delegados: 704

Igrejas membros: 235

Moderador do Comité Central: M. M. Thomas

Presidentes: Patriarca German, Hanns Lilje, Daniel T. Niles, Kiyoko T. Cho, Ernest A. Payne, J. Coventry Smith, A. H. Zulu

Presidentes honorários: Joseph Oldham e W. A. Visser't Hooft

Secretário-Geral: Eugene Carson Blake

5ª Assembleia

Local: Nairobi, Quénia

Data: 23 de Novembro a 10 de Dezembro de 1975

Tema: Jesus Cristo liberta e une

Secções:

1. Confessar Cristo hoje
2. Requisitos da unidade
3. Buscando a comunidade
4. Educação para a libertação e comunidade
5. Estruturas de injustiça e lutas de libertação
6. Desenvolvimento humano

Delegados: 676

Igrejas membros: 285

Moderador do Comité Central: Edward Scott

Presidentes: Annie R. Jiagge, José Miguez-Bonino, Nikodim, T.B.Simatupang, Olof Sundby, Cynthia Wedel

Presidente honorário: W. A. Visser't Hooft

Secretário-Geral: Philip Potter

6ª Assembleia

Local: Vancouver, BC, Canadá

Data: 24 de Julho a 10 de Agosto de 1983

Tema: Jesus Cristo, a vida do mundo

Grupos de trabalho:

1. Testemunhando num mundo dividido
2. Dando passos para a unidade
3. Caminhando para a participação
4. Curando e partilhando a vida em comunidade
5. Enfrentando as ameaças à paz e à sobrevivência
6. Lutando pela justiça e dignidade humanas
7. Aprendendo em comunidade
8. Comunicando credibilidade

Delegados: 847

Igrejas membros: 301

Moderador do Comité Central: Heinz-Joachim Held

Presidentes: Nita Barrow, Marga Bührig, Paulos Mar Gregorios, Johannes W. Hempel, W. P.

Khotso Makhulu, Lois M. Wilson

Presidente honorário: W. A. Visser't Hooft (falecido em 1985)

Secretário-Geral: Philip Potter

7ª Assembleia

Mensagem da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas; Canberra, 1991

(...)

"Nós próprios, Igrejas membros do Conselho, vivemos ainda a divisão. A reconciliação entre as Igrejas não está ainda terminada. No entanto, no seio do movimento ecuménico, foi-nos possível sair do nosso isolamento e entrar numa comunidade solidária, na qual nos sentimos cada vez mais responsáveis uns pelos outros, tanto na alegria como no sofrimento. Sob a orientação do Espírito Santo, procuramos assumir as nossas responsabilidades de uns para com os outros e para com Cristo, nosso Senhor, que orou para que "todos sejam um" (João 17: 20). Mas sabemos também que a plenitude da reconciliação é uma dádiva de Deus e que ela só nos será concedida quando formos transformados e santificados pelo Espírito Santo..."

Local: Canberra, Austrália

Data: 7 a 20 de Fevereiro de 1991

Tema: Vem, Espírito Santo, renova toda a criação

Sub-temas:

1. Espírito fonte de vida, guarda a tua criação!
2. Espírito de verdade, liberta-nos!

3. Espírito de unidade, reconcilia o teu povo!

4. Espírito Santo, transforma-nos e santifica-nos!

Delegados: 842

Igrejas membros: 317

Moderador do Comité Central: Aram Keshishian

Presidentes: Anna Marie Aagaard, Vinton Anderson, Leslie Boseto, Priyanda Mendis, Parthenios, Eunice Santana, Shenouda III, Aaron Tolen

Secretário-Geral: Emílio Castro

8ª Assembleia

Local: Harare, Zimbabwe

Data: 3 a 14 de Dezembro de 1998

Tema: Voltai-vos para Deus, alegrai-vos na esperança

Delegados: 996

Igrejas membros: 337

Moderador do Comité Central: Aram I

Presidentes: Agnes Abuom, Kathryn Bannister, Jabez Bryce, Chrysostomos de Ephesus, Moon Kyu Kang, Federico Pagura, Eberhardt Renz, Iwas Mar Ignatius Zakka I

Secretário-Geral: Konrad Raiser

D. Encontros Ecuménicos Europeus

1º Encontro

Local: Chantilly, França

Data: 10 a 13 de Abril de 1978

Tema: "Que eles sejam um, para que o mundo creia"

Nº de Participantes: 79 = 38 do CCEE e 41 da KEK

Delegados portugueses: D. Eurico Dias Nogueira, arcebispo de Braga; Rev. Rui A. Rodrigues, pastor da IEPP

2º Encontro

Local: Logumkloster, Dinamarca

Data: 16 a 20 de Novembro de 1981

Tema: "Chamados a uma só esperança"

Nº de Participantes: 79 = 37 do CCEE e 42 da KEK

Delegados portugueses: nenhum da ICR; Rev. Rui A. Rodrigues, pastor da IEPP

3º Encontro

Local: Riva del Garda-Trento, Itália

Data: 3 a 8 de Outubro de 1984

Tema: "Confessar juntos a nossa fé: fonte de esperança"

Nº de Participantes: 81 = 36 do CCEE e 45 da KEK

Delegados portugueses: D. Armindo Lopes Coelho, bispo de Viana do Castelo; Rev. Rui A. Rodrigues, pastor da IEPP

4º Encontro

Local: Erfurt (ex-RDA), Alemanha

Data: 28 de Setembro a 2 de Outubro de 1988

Tema: "Venha o teu reino"

Nº de Participantes: 101 = 41 do CCEE e 60 da KEK

Delegados portugueses: D. Manuel de Almeida Trindade, bispo emérito de Coimbra; Nenhum das igrejas protestantes

5º Encontro

Local: Santiago de Compostela, Espanha

Data: 13 a 17 de Novembro de 1991

Tema: "Sob a tua Palavra: missão e evangelização na Europa actual"

Nº de Participantes: 107 = 52 do CCEE e 55 da KEK

Delegados portugueses: D. António Monteiro, bispo de Viseu; D. Fernando Soares, bispo da ILCAE; Rev. Ireneu Cunha, superintendente da IEMP

1ª Assembleia Ecuménica Europeia

Documento Final e Mensagem Basileia, 1989

" 37. Acreditamos que desde o início, Deus escolheu e chamou seres humanos para constituírem o seu povo a fim de testemunharem no mundo o Seu amor e a sua misericórdia. Deus estabeleceu uma aliança com o povo de Israel, escolhido de entre as nações para lhe pertencer (cf. Ex. 19: 1-25; 24:8), para ser uma bênção para todas as nações, de acordo com a promessa feita por Deus a Abraão (Gen. 12: 2ss). Apesar da desobediência do Seu povo, Deus permaneceu fiel e prometeu uma nova Aliança (Jer. 31: 31-34). Esta nova Aliança foi estabelecida definitivamente em Jesus Cristo (cf. I Cor. 11: 25; Marc. 14: 24; Heb. 8: 1-13) e aberta a todos (cf. I Tim. 2: 4ss).

38. Pela fé e pelo baptismo tornámo-nos filhas e filhos de Deus. Graças a esta nova criação dada em Jesus Cristo (II Cor. 5: 17; Gál. 6: 15), "Não há judeu nem grego; não há servo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo" (Gál. 3: 28). A Igreja é o Corpo de Cristo, presente no mundo, sob a acção do Espírito Santo: "Foi num só Espírito que todos nós fomos baptizados, a fim de formarmos um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres; e todos temos bebido de um só espírito" (I Cor. 12: 13). A Igreja, enquanto corpo de Cristo é a "visão da paz" (Orígenes, Or. 9, 2; PG 13, 349) que só pode ser real e universal se se compreender que a paz e a justiça são sinónimos (Clemente de Alexandria, Strom. 4, 25).

39. Enquanto membros do Corpo de Cristo, pertencemos a diferentes igrejas e comunidades eclesiais. Em consequência do nosso baptismo e da resposta na fé à palavra de Deus, somos um só em Cristo, mesmo se ainda não estamos em plena comunhão uns com os outros. Esforçamo-nos por ultrapassar as diferenças que ainda existem na doutrina e na prática, a fim de chegarmos a uma plena comunhão. Ao fazê-lo, entrevemos uma comunhão na qual as diferentes tradições já não serão motivo de separação, mas enriquecimentos mútuos. Já todas as igrejas adquiriram a consciência de que o caminho para esta comunhão deve ser percorrido em conjunto. Na nossa busca e na nossa acção comuns a favor da justiça, da paz e da integridade da criação, a separação das Igrejas torna-se particularmente dolorosa à mesa do Senhor, porque é nela que recebemos e celebramos a Nova Aliança que é também aliança para a justiça, a paz e a integridade da criação.

40. Assim, a Eucaristia que nós, aqui em Basileia, celebrámos separadamente, incita-nos a procurar a unidade da Igreja e da humanidade: " A eucaristia abraça todos os aspectos da vida. É uma oferta e uma acção de graças em nome do mundo inteiro. A celebração eucarística exige que haja reconciliação e partilha entre todos os irmãos e irmãs da única família de Deus; ela é um constante desafio na busca de relações justas na vida social, económica e política (Mat. 5: 23ss; I Cor. 10: 16ss; 11: 20-22; Gál. 3: 28). Todas as formas de injustiça, de racismo, de separação e de falta de liberdade são radicalmente desafiadas quando partilhamos o corpo e o sangue de Cristo (cf. *Baptismo, Eucaristia e Ministério*, cap. "Eucaristia", § 20). Isto aplica-se a todos os tipos de discriminação. A reconciliação com Deus manifestar-se-á mais claramente através de uma comunidade onde os antagonismos entre raças, classes e sexos tiverem sido completamente ultrapassados." (Texto da edição portuguesa do Documento final de Basileia, editado pela CEP e pelo COPIC, com tradução da secção portuguesa da PAX CHRISTI.)

Local: Basileia, Suíça

Data: 15 a 21 de Maio de 1989

Tema: "Paz e Justiça para toda a Criação"

Nº de Participantes: 700 = 350 do CCEE e 350 da KEK

Delegados portugueses: **Pela Conferência Episcopal:** José Borges de Pinho, Manuel S. Martins, Manuel G. Janeiro, Elisa M. Lopes da Costa, Domingos José L. Miranda, Maria Teresa Miranda, César Nunes Viana, Paulo Oliveira Fontes, Silvestre Ourives Marques, Venâncio Ramos, Maria Raquel Ribeiro, Luís Torgal Ferreira, Maria H. Gomes do Carmo, Leovigil A. Muacho Guia

Pelas igrejas do COPIC: Ireneu S. Cunha, Célia Maria J. Jorge, Nélon P. Horta, Helena Pina Cabra, Rui A. Rodrigues, Manuel Pedro Cardoso

2ª Assembleia Ecuménica Europeia

Local:

Graz, Áustria

Data:

23 a 29 de Junho de 1997

Tema:

Reconciliação, dom de Deus e fonte de vida nova

Nº de Participantes:

700 = 350 do CCEE e 350 da KEK (de 149 igrejas europeias)

Delegados portugueses:

Pela Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal: José Manuel Leite, Silvina Queiroz

Glossário

Arianismo - doutrina que negava a divindade de Cristo, a sua natureza divina.

Autocéfala - independente, auto-governada. Diz-se das igrejas que têm o poder de nomear a sua própria hierarquia.

Canónico - de acordo com a lei da igreja; válido perante o juízo da Igreja.

Catholicos - Título do patriarca ou do bispo primaz em algumas das Antigas Igrejas Ortodoxas, como por exemplo a da Arménia ou Malankara Síria. A sua área de supervisão, muitas vezes com dimensão mundial, chama-se *Catholicato*.

Cristologia - Referente a Cristo. Secção da Teologia que trata da pessoa de Cristo e das doutrinas que a Ele dizem respeito.

Eclesiologia - Referente à Igreja. Campo da Teologia que trata especificamente da doutrina, conceito, forma e disciplina da Igreja.

Monofisitismo - doutrina que defendia a crença de uma só natureza de Cristo.

Monotelitismo - doutrina que defendia uma única vontade em Cristo.

Nestorianismo - doutrina que sustentava Maria como mãe da humanidade de Cristo, mas não da sua divindade e, portanto, rejeitava o título de *Theotokos* (Mãe de Deus).

Primado - ser o primeiro; o bispo de Roma (papa) exerce o primado entre o colégio episcopal. Daí falar-se no primado de Pedro.

Proselitismo - a acção de tentar ganhar membros de outra igreja ou associação religiosa para o grupo ou igreja a que pertencemos, usando meios e argumentos pouco éticos.

União hipostática - Diz-se da união da Santíssima Trindade. União das naturezas humana e divina na pessoa de Cristo.

Abreviaturas

ABM - Aliança Baptista Mundial

ACC - Anglican Consultative Council (= Conselho Consultivo Anglicano)

AEP - Aliança Evangélica Portuguesa

AMR - Aliança Mundial Reformada (= AMIR - Aliança Mundial das Igrejas Reformadas)

CCEE - *Consilium Conferentiarum Episcoporum Europae* (= Conselho das Conferências Episcopais Europeias)

CEI - Conselho Ecuménico das Igrejas = CMI = WCC = COE

CEC - Conference of European Churches (= KEK = Conferência das Igrejas Europeias)

CEP - Conferência Episcopal Portuguesa

CEPPLE - Conférence des Eglises Protestantes des Pays Latins de l'Europe (= Conferência das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa)

CER - Centro Ecuménico Reconciliação

CMI - Conselho Mundial de Igrejas (= WCC)

COE - Conseil Oecuménique des Eglises (= WCC)

COPIC - Conselho Português de Igrejas Cristãs

CPPUC - Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos

CWME - Commission on World Mission and Evangelism (= Comissão para a Missão Mundial e Evangelização)

F&O - Commission on Faith and Order (= Comissão de Fé e Ordem ou de Fé e Constituição)

ICR - Igreja Católica Romana

IEMP - Igreja Evangélica Metodista Portuguesa

IEPP - Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal

ILCAE - Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica

JWG - Joint Working Group (= Grupo Unido de Trabalho entre o CMI e a ICR)

KEK - Konferenz Europäischer Kirchen (= Conferência das Igrejas Europeias)

FLM - Federação Luterana Mundial (= LWF)

LWF - Lutheran World Federation (= FLM)

SBP - Sociedade Bíblica de Portugal

SET - Seminário Evangélico de Teologia

UBS - United Bible Societies (= Sociedades Bíblicas Unidas)

WCC - World Council of Churches (= CMI = COE)

WARC - World Alliance of Reformed Churches (= AMR)

WMC - World Methodist Council (= Conselho Mundial Metodista)

WSCF - World Student Christian Federation (= Federação Mundial dos Estudantes Cristãos)

Bibliografia

- **The nature of the unity we seek**, Paul S. Minear (Ed.), The Bethany Press, St. Louis, USA, 1958, 304 pág.
- **Concile et retour à l'unité**, Hans Küng, *Unam Sancta*, nº 36, Ed. du Cerf, Paris, 1962, 184 pág.
- **Vers l'unité? Catholiques et protestants**, Alfred Lamarque, Ed. du Cerf, Paris, 1963, 333 pág.
- **Pour l'unité des chrétiens**, Cardeal Bea, Ed. du Cerf, Paris, 1963, 278 pág.
- **Concílio Vaticano II**, Fr. Boaventura Kloppenburg, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil, 1962-1966, 5 vol., 260 + 413 + 559 + 639 + 576 pág.
- **Le mouvement oecuménique**, Madeleine Barot, P.U.F., Paris, 1967, 128 pág.
- **The Ecumenical Revolution**, Robert McAfee Brown, Doubleday & Company, Inc., New York, 1967, 388 pág.
- **L'Exigence oecuménique**, Marc Boegner, Ed. Albin Michel, Paris, 1968, 366 pág.
- **Upsala 1968**, Ed. J. C. Maraschin, Publicadora Ecclesia, Porto Alegre, Brasil, 1968, 173 pág.
- **Diccionario del Vaticano II**, Miguel Angel Molina, B.A.C., Madrid, 1969, 667 pág.
- **El movimiento ecuménico**, Norman Goodall, Ed. La Aurora, Buenos Aires, Argentina, 1970, 282 pág.
- **Ecumenismo**, José Sánchez Vaquero, Ed. Centro Ecuménico Juan XXIII, Salamanca, 1971, 635 pág.
- **Liberación humana y unión de las Iglesias**, Antonio Matabosch, Ed. Cristiandad, Madrid, 1975, 261 pág.
- **Breaking barriers - The official report of the WCC fifth Assembly**, David M. Paton (Ed.), SPCK, London, 1976, 411 pág.
- **The Genesis and the Formation of the World Council of Churches**, W. A. Visser't Hooft, WCC, Geneva, 1982, 130 pág.
- **Growth in Agreement**, H. Meyer e L. Vischer (Ed.), WCC, Geneva, 1984, 514 pág.
- **L'unité par la diversité**, Oscar Cullmann, Ed. du Cerf, Paris, 1986, 128 pág.
- **Vital Ecumenical Concerns**, Ans Van der Bent, WCC, Geneva, 1986, 333 pág.
- **A History of the Ecumenical Movement (1517-1968)**, R. Rose & S. Neill (ed.), WCC Publications, Geneva, 1986.
- **Memoirs**, W.A. Visser't Hooft, 2ª Ed., WCC Publications, Geneva, 1987, 379 pág.
- **And so set up signs... The WCC's first 40 years**, WCC Publications, Geneva, 1988, 74 pág.
- **Une Théologie pour le 3ème millénaire**, Hans Küng, Ed. Seuil, Paris, 1989, 375 pág.
- **Pour la conversion des Églises**, Groupe des Dombes, Centurion, Paris, 1991, 110 pág.
- **L'oecuménisme**, René Beaupère, Ed. Centurion, Paris, 1991, 125 pág.
- **Signes de l'ESPRIT - Rapport officiel de la 7ème Assemblée**, Marthe Westphal (ed.), WCC Publications, Genève, 1991, 442 pág.
- **Dictionary of the Ecumenical Movement**, Vários (Ed.), WCC Publications, Geneva, 1991, 1196 pág.
- **Les voies de l'unité chrétienne**, Oscar Cullmann, Ed. du Cerf, Paris, 1992, 104 pág.
- **Bringing Churches together**, Gideon Goosen, E.J. Dwyer Pty Ltd, Newtown, Australia, 1993, 180 pág.
- **Directório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo**, CPPUC, Ed. Sec. Geral do Episcopado, Lisboa, 1993, 119 pág.
- **Les Églises d'Europe - l'engagement oecuménique**, Helmut Steindl, Ed. du Cerf, Paris, 1993, 739 pág.

- **Apelo à unidade dos cristãos (*Ut unum sint*)**, Secret. Geral do Episcopado, Ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1995, 130 pág.
- **Living Ecumenism**, Denise Sullivan (Ed.), JBCE, Melbourne, 1995, 324 pág.
- **Uma caminhada ecuménica - 25 anos de testemunho e serviço em Portugal**, Vários, Ed. COPIC, Figueira da Foz, 1996, 86 pág.

José Manuel Leite, *A Igreja Una e Plural, Uma Introdução ao Ecumenismo Guiada pela Visão da Unidade da Igreja na e pela Diversidade*, Edição do Seminário Evangélico de Teologia, Lisboa, 1997